

ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 30 DE ABRIL DE 2010

----- No dia trinta do mês de Abril do ano de dois mil e dez reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia, Mário Fonseca e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Maria de Lurdes Castro com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 – Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009; -----

----- 4 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; --

----- 5 - Primeira revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- 6 - Construção da Escola Básica de Nogueira – Repartição de encargos da obra com a inscrição da verba para o ano 2011 no PPI 2010. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: José Augusto Barros, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Virginia Monteiro, João Carlos Pinto Correia, Alberto Oliveira, José Manuel Teixeira Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Manuel da Silva representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Fernando Jorge Martins presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel), Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Francisco Rocha Machado, representante legal do presidente da Junta de Freguesia de

Nespereira, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silhares, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, e Mário Fonseca, num total de trinta e seis membros. Estiveram também presentes o senhor vice-presidente da Câmara, Pedro Machado em representação do presidente da Câmara e os senhores vereadores, Cristina Moreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e quatro minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha. -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por dar conhecimento da alteração na composição da Mesa. De seguida informou que Joaquim da Silva Cardoso substitui o membro Ana Raquel Conceição que comunicou uma ausência por dez dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro Cristóvão Simão Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias e que o presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Oliveira Nunes, estava representado pelo seu representante legal, Francisco da Rocha Machado e o presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Manuel da Silva Ferreira, estava representado pelo seu representante legal José Manuel da Silva. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Moreira da Moreira de Moraes presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informa que apresentou justificação de falta à sessão ordinária de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida) -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deram entrada na Assembleia os seguintes membros: Branca Cecília Sousa, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e António Joaquim

Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. ----

----- De seguida foi posta à discussão a acta da sessão ordinária de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente à acta sucede que na página cinco, por erro de dicção da minha parte ou por erro de transcrição, há aqui três pequenos erros que agradecia a correcção. Aproximadamente a meio da página onde diz: “ ...intervenções paternalistas ou profissionais...” é lógico que seria “... intervenções paternalistas ou professorais...” como facilmente se depreende. A seguir eu refiro-me ao comportamento do senhor Dr. Jaime Gama, não é profissional, é por sinal um ilustre socialista. E quando faço referência a um comentário feito na comunicação social, “... contrariando o procedimento que o próprio defende “bagunça” a expressão não é minha...”» -----

----- Esclarecimento Sr. presidente da Mesa da Assembleia: «Fica registado e depois será verificado o que está gravado e eventualmente corrigido.» -----

----- Passou à votação da acta da sessão ordinária de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, que foi aprovada por unanimidade de quarenta e um votos. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Adrião Paulo Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela. -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente desta Assembleia, senhora e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, Dr. Pedro Machado, senhora e senhores vereadores, senhores membros desta Assembleia, estimado público e senhores da comunicação social. Em primeiro lugar quero aqui referenciar duas efemérides: primeira, as comemorações do 25 de Abril um evento que representou a consciência popular de um país que continua a querer Abril de volta. Segundo, as comemorações do 1 de Maio dia do trabalhador. Algumas empresas, em especial do sector da distribuição como sejam os hipermercados e no caso que nos diz respeito, Intermarché e

Eleclerc, destacam-se ao ataque ao 1 de Maio, assumem a provocação de não respeitar generalizadamente o dia do trabalhador, aproveitado a legislação de governos sem princípios e de algumas Câmaras que não agem com a devida rectidão para abrirem os estabelecimentos no dia de amanhã. Outras cadeias do sector fazem grandes pressões para também abrirem com o pretexto da concorrência. Antes que os trabalhadores percam esse direito, de não trabalhar no seu dia, temos todos de agir, para defender o dia que é nosso. Defender a dignidade, direitos, salários e horários que é o de não trabalhar no dia 1 de Maio, para que todos os trabalhadores participem nas comemorações do dia que é seu. Quando à situação das SCUT's queria aqui fazer a referência, em nome da CDU-Lousada, congratula-se com Associação de Municípios do Vale do Sousa e em especial destaque com a atitude da Câmara de Lousada na forma como estão a levar a luta que é de toda a população, com a sua indignação contra a atitude prepotente do governo central, inserido no PEC, de portajar as SCUT's. Essas vias, sem portagens, é um direito social para bem do estado social das populações abrangidas. Por último, questionava aqui o executivo sobre a municipalização da Mata de Vilar, que era uma das propostas da CDU aquando da campanha eleitoral para as autárquicas. Peço ao senhor presidente da Câmara em substituição o ponto da situação sobre o assunto. Se existe ou não perspectivado a médio/ longo prazo a verificação ou não da municipalização do respectivo local?» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal "Lousada Viva"- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretário, senhor presidente da Câmara em substituição, digníssimos vereadores, senhores elementos constituintes da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, senhores representantes da comunicação social. As minhas primeiras palavras são para os senhores presidentes de Junta aqui presentes. Fazendo votos de que o eco se faça repercutir em todos os ausentes. Pelo mais elementar sentido de justiça, quero solidarizar-me com todos os presidentes de Junta, vítimas de um ataque vergonhoso, feito há tempos pelo senhor Dr. Teixeira dos Santos. Esqueceu-se, o muito que o país deve a um dos pilares da vida autárquica do país e portanto da democracia. É lamentável, causa-me repulsa e repudio as palavras usadas. Compreendo que na embalagem das

nomeações frequentes de *boys* para as diferentes empresas, se tenha alargado a sua intervenção, englobando os senhores presidentes das Juntas de Freguesia. Lembro que felizmente da democracia há uma coisa que ainda resta, a força do povo, a força do voto, em que o poder político, felizmente, ainda não pode intervir. Portanto para os senhores presidentes de Junta a minha solidariedade por um mais elementar sentido de justiça. Sei também que para além de Ministro das Finanças, o senhor Dr. Teixeira dos Santos parece que é Ministro de Estado, mas no estado a que o Estado chegou qualquer pessoa serve para ministro. Seguidamente, duas situações que apenas trago a esta Assembleia em virtude da situação especial que atravessa a Junta de Freguesia de Covas. Não vou referir-me, não tinha cabimento, ao problema das eleições e seus resultados, mas a factos concretos de que sou transmissor a pedido de vários cidadãos de Covas. Uma delas, é apenas e fundamentalmente um pedido de explicação e clarificação sobre uma situação que se vive. Queria dizer antes de mais que fiel à minha maneira de estar, ao dizer olhos nos olhos aquilo que penso, tive um contacto pessoal, antes desta reunião, informando o senhor presidente da Junta de Covas da minha intervenção nesta Assembleia. Nada me move contra o senhor presidente, com quem tenho uma amizade de há muitos anos, pessoa que particularmente merece o máximo de respeito e consideração. Mas como já disse há pouco tempo aqui, sei distinguir as amizades da política. Espero que haja retribuição deste mesmo sentimento. Uma das situações que eu queria expor é que se refere ao facto de, conforme pude constatar de uma resposta recebida, a uma carta enviada pelos cabeças de lista de duas listas concorrentes, Independentes e PSD, não há constituída Assembleia de Freguesia. Houve a instalação da Assembleia e dado que não se chegou a acordo com a lista definitiva para Assembleia de Freguesia os trabalhos foram interrompidos e não houve tomada de posse. A minha dúvida e procurei esclarecer-me, eu peço a quem tiver competência para tal dado que não consegui localizar legislação sobre essa matéria, que a situação seja devidamente esclarecida, dado que uma das conclusões possíveis é que por factos que todos conhecemos não houve constituição da Junta, mantendo-se em funções a anterior. Logicamente, não estou a fazer qualquer afirmação, parece-me que pelo menos a anterior Assembleia de Freguesias se manteria em funções. Agora, uma situação em que nem a anterior se mantém em funções nem a nova toma posse, é um imbróglio que eu não sei como é que se poderá resolver. Mas a verdade é que, sem por culpas em quem quer que seja, quem sofre são os cidadãos. Esta é a primeira situação que queria referir. Uma outra também relativa à Junta de Freguesia, trago aqui estas situações dado que não houve nenhuma Assembleia de Freguesia, é

respeitante à situação de uma pessoa que eu muito admiro, tenho a maior consideração e respeito, e já afirmei inclusivamente, que se continuasse a fazer parte integrante de qualquer lista concorrente a vitória estaria praticamente garantida. Refiro-me à senhora dona Paula, elemento da Junta anterior, desempenhando as funções de secretária. Estranhando a sua ausência sistemática nos dias em que o público é recebido, procurei saber o que se passava, e foi-me dito, embora depois de ter insistido no pedido de resposta, e aqui quero salientar o comportamento exemplar do tesoureiro senhor Torcato, exemplar a todos os títulos, foi-me dado conhecimento que a senhora em causa, numa primeira versão se encontrava doente. Comprometido com a situação o senhor Torcato, ponho nomes porque eu gosto de dizer as coisas frontalmente, não mando dizer por ninguém, e como tenho consciência que só digo a verdade, fez o favor de informar que felizmente não se tratava de uma doença mas de um estado de graça. Face a isto, perguntei porquê que não tinha sido substituída, como está previsto, dado que há muito tempo que esta situação se arrasta. Não me foi dada resposta. E perguntei qual era a situação de vencimento. Custou também obter resposta mas foi dito que embora estando em casa e sem trabalhar continuava a “vencer”, embora não estivesse com baixa. Posteriormente voltando à Junta de Freguesia sou informado que já estava regularizada a situação através de baixa. As queixas que eu recebi fundamentalmente e comigo sucedeu isso, e quero realçar a prontidão com que o problema foi resolvido e nem sequer era grave nem urgente, refere-se ao facto de toda a documentação sujeita a despacho sair da Junta e ser levada a casa da senhora secretária. Uma vez através do senhor presidente da Junta outras vezes por interposta pessoa, que pelo respeito que a pessoa merece, dispense-me de a referenciar. Se necessário direi que inclusivamente fui testemunha. Acho que no plano ético este comportamento não se admite, até porque teria sido fácil nos termos da legislação proceder à substituição do membro em causa. Isto é o que tenho a dizer sobre esta situação. Gostava de ser esclarecido e gostava que a situação fosse normalizada o mais depressa possível. Aceito que no aspecto legal as coisas possam não ter a mesma interpretação que eu tenho. E se algo não está devidamente correcto, peço antecipadas desculpas. Os factos são estes. Há pelo menos um aspecto que me parece que é de criticar e não aceitar. E agora um pedido ao senhor presidente em substituição que se refere a uma situação que se arrasta há muito tempo. Vários postes estão partidos, um deles com grave perigo para saúde pública dado que os cabos estão ao alcance de qualquer pessoa. O senhor engenheiro da Câmara fez diligências, eu fiz diligências, sei que o senhor presidente da Junta de Covas fez diligências, sei que isto sucede em

vários locais e nada foi feito. Eu sugeria uma “cunha” através da Câmara porque se houver muitas dificuldades em pessoal certamente que se arranjará por lá uns *boys* que venham cá e para facilitar o trabalho se façam acompanhar da mesma máquina partidária que os colocaram lá em cima. Poupar luz, duas soluções, um controlo sobre o horário de funcionamento e sobre o intervalo entre os postes. Uma sugestão, instalar mais ecopontos e alguns óleões. Finalmente uma situação que virá beneficiar ou que tem potencial para isso a saúde de muitos lousadenses. Só para terminar, julgo que tem interesse geral. Soube através de um filho que desempenha funções na Federação Portuguesa de Atletismo, tive conhecimento de um programa chamado “Programa Nacional de Marcha e Corrida”.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e três minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Filipa Maria Ventuzelos -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia, senhor secretário, excelentíssima Câmara, senhoras e senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Senhor deputado estava ali a ouvi-lo com atenção, e no fim, fiquei decepcionado com a sua intervenção. E vou-lhe dizer porquê. O senhor no final usou os mesmos termos de *boys* que anteriormente tinha criticado, falando do senhor Ministro das Finanças, ficou no mesmo patamar de quem os usou. Isto só falando da parte final da sua intervenção. Sobre o problema que existe em Covas, já tivemos o mesmo em Lustosa. O problema das Juntas, julgo eu, posso estar enganado como o senhor também diz. Os problemas que se arrastam nas Juntas não devem ser discutidos aqui nesta Assembleia. O que aqui deve ser discutido é aquilo que é próprio desta Assembleia. Vir para aqui discutir problemas da Junta, aquele senhor disse que o poste caiu junto da casa dele ou que tem lá um buraco e o senhor presidente da Câmara tem que lá ir e mandar lá os *boys* para resolver o problema.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e nove minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Xavier, relativamente ao 25 de Abril e 1 de Maio são observações pertinentes aquelas que fez. Assim, como também no que respeita às SCUT's, a posição do senhor presidente é pública. Ainda esta

semana estive num almoço com os senhores presidentes de Câmara que são servidos pela A41 e A42 na Maia. Nessa reunião saiu a proposta de haver uma audiência com todos, junto do gabinete do senhor Ministro das Obras Publicas, uma vez que as Câmaras estavam a recolher convocatórias para audiências individuais. Portanto o que está previsto é no dia sete de Maio haver essa audiência, para o senhor ministro explicar as suas razões e os senhores presidentes de Câmara também apresentarem os seus argumentos. Relativamente à questão da Mata de Vilar. Eu não sabia, sinceramente, que era uma proposta da CDU ou melhor que vocês tinham essa proposta no vosso programa eleitoral. O que eu sei é que nós no nosso programa eleitoral, temos lá um determinado projecto que eu não vou citar agora mas que daqui a alguns tempos vocês vão chegar a essa conclusão, tem lá um determinado projecto mas não diz o local. O local que nós tínhamos pensado nessa altura era este da Mata de Vilar, mas por uma questão de respeito, desde logo pelos proprietários, não indicamos qual era essa localização. Entretanto já no decorrer deste mandato foram iniciadas negociações e eu não me queria alongar muito quanto a isto. O que lhe posso dizer é que está muito bem encaminhado para a Câmara adquirir toda aquela área que são dezassete hectares, a um preço perfeitamente simbólico. Relativamente à intervenção do senhor Campos Barros. Como o senhor Santos disse e bem, as Câmaras Municipais e por maioria de razão as Assembleia Municipais não exercem qualquer poder de tutela sobre as Juntas e Assembleias de Freguesia. Portanto essa matéria que nos trouxe aqui hoje é do fórum específico da freguesia de Covas. O que lhe posso adiantar é que de facto há um vazio legislativo nessa matéria. Há pareceres contraditórios. O que eu sei é que até que haja entendimento o senhor presidente da Junta tem de funcionar como está a funcionar, ou seja, com administração corrente. Relativamente aos postes tomei nota para ver o que é que se passa e diligenciarei junto da EDP. Relativamente aos ecopontos e oleões. Estamos justamente a fazer isso, não sei se os senhores presidentes de Junta já receberam o ofício, vamos implementar a recolha de óleos alimentares usados. Já o fazíamos nos estabelecimentos de ensino e nos restaurantes mas entendemos que para que esta medida surta os efeitos desejados é necessário estender isto à população em geral, e por isso, nos locais públicos qualquer cidadão vai ter oportunidade de depositar nas suas freguesias os óleos usados. No que respeita aos ecopontos vamos fazer agora um pequeno reforço e quando for adjudicado o novo contrato da gestão dos resíduos sólidos urbanos também está previsto haver mais um reforço.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor ao Professor Doutor Francisco Soares de Moura pelo seu desempenho na organização e concretização do projecto Limpar Portugal, a nível nacional e concelhio”---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número quatro que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- A proposta número cinco do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de juvenis femininos de pólo aquático da Lousada Séc. XXI, pela conquista do título de campeãs nacionais” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número cinco que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- E a proposta número seis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor às atletas juniores Flávia Oliveira, Tânia Magalhães, Daniela Sousa, Anabela Silva, Ana Salomé Oliveira e Daniela Mota, por terem representado a selecção nacional de pólo aquático feminino e ao atleta júnior João Ferreira por ter representado a selecção nacional de pólo aquático masculino” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- Foi apresentada também a Moção A do seguinte teor: “Considerando a proposta do Governo para a introdução de taxas de portagem nas auto-estradas em regime de SCUT, e aplicando essa cobrança à A41 e A42, que servem a região do Vale do Sousa e a NUT III; Considerando que são vias fundamentais para o desenvolvimento da região; Considerando que não existe alternativas a essas vias, uma vez que a EN 207 se encontra desclassificada quase na totalidade da sua extensão, sendo claramente uma artéria urbana; Considerando que a oneração dos transportes em toda a esta

região é castradora da criação de pólos industriais; Considerando que a região não cumpre os critérios definidos pelo Governo para a introdução de portagens, a saber: PIB per capita igual ou superior a 80% da média nacional; Índice de poder de compra concelhio igual ou superior a 90% da média nacional; Tempo de percurso das vias alternativas não deverá ultrapassar 1/3 do tempo associado a cada SCUT. Em face do exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Lousada propõem que a Assembleia Municipal manifeste a sua discordância contra a implementação de portagens na A41 e A42. Da votação da presente moção, agradecemos que se dê conhecimento ao Governo Civil e ao Ministério das obras Publicas, Transportes e Comunicações.” -----

----- Eram vinte e duas horas e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Ângelo Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Esta Moção é apresentada pelo grupo parlamentar do partido socialista uma vez que entendemos e acreditamos que esta medida é tremendamente prejudicial para a população lousadense em termos económico-financeiros. Deste modo, afectarão irremediavelmente a mobilidade rodoviária da nossa região fundamental para o seu desenvolvimento sustentado.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim José Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A minha intervenção prende-se com a moção apresentada pelo partido socialista nesta Assembleia, relativamente á introdução das portagens na SCUT’s e com as notícias que têm vindo a público a cerca deste mesmo assunto. Desde já congratulo a Câmara Municipal pelo apoio dado a esta causa ao lado das restantes autarquias do Vale do Sousa. Uma vez que esta medida adoptada por este governo socialista terá com certeza efeitos significativamente nefastos para o nosso concelho, tais como: aumento dos custos para os jovens estudantes que se deslocam para o litoral do distrito ou aumento dos custos de todos aqueles que têm necessidade de procurar emprego fora deste concelho, uma vez que este, não lhes proporciona a satisfação das expectativas. Aliás será também um entrave ao investimento privado de Lousada, investimento esse de que tanto necessitamos. Mas senhor presidente em substituição, não será esta tomada de posição tardia? Será

que o resultado causa-efeito seria o mesmo se esta fosse manifestada quando por nós foi questionado há dois anos atrás? É lamentável, só agora termos conhecimento da posição do partido socialista. O que é que será que mudou? Foi o índice do poder de compra concelhio? Foi o PIB per capita? Ou talvez o desemprego? Parece-nos que não.» -----

----- De seguida foi posta à votação da Moção A que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, Senhora e senhor secretário da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores deputados e comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Eu estou aqui hoje para responder a uma situação, em defesa da minha honra, que não pude responde-la na última Assembleia Municipal. A Toponímia na Freguesia de Silvares, incomodou certamente muita gente pelo facto de ter sido feita tão rapidamente por mim, à frente do executivo desta Junta de Freguesia que presido. Ao passo que em dois anos o anterior executivo quase nada fez. Respondendo agora ao senhor Nelson Oliveira que na última Assembleia Municipal me interpelou sobre o assunto, e nessa altura, duvidando da minha ética e da minha postura, sobre mim fizeram juízos de carácter, venho aqui, e só aqui, dizer-lhe a ele e a outros senhores, que sobre esses assuntos nada tenho a aprender, pelo contrário. Na verdade, relativamente ao nome da Rua que apareceu nas placas como Fernando Fonseca, lamento que apenas duas pessoas de bom senso, uma delas, presente nesta sala, presidente de uma outra Junta de Freguesia deste concelho, a quem muito respeito e saúdo, dizia, só essas duas pessoas é que se dirigiram a mim e me alertaram para a incorrecção. Pois bem, como é sabido foram mandadas fazer placas novas que apesar de prontas no dia da anterior da Assembleia, só seriam colocadas no dia seguinte. Todo este episódio foi alvo de inúmeros comentários e acesas discussões na praça pública, incluindo por destacados membros do partido socialista presentes nesta Assembleia. A nenhum ocorreu, ou teve a hombridade de me perguntar o que teria acontecido. Mas eu explico: o nome

existente nas listagens, que foram da responsabilidade do anterior executivo da freguesia, as quais foram inclusivamente aprovadas pelo executivo camarário e que também não viu o lapso, era, Rua Fernanda Fonseca. Na altura de fazer as placas esse erro foi por nós detectado e corrigido, mas como os títulos estavam na listagem em coluna diferente, separada do nome, nunca reparamos na sua falta. Mais ainda, o nome que circula nas listagens dos CTT é Rua Fernanda Fonseca. Ora, como todos devem calcular, não passou de uma gralha originada numa empresa responsável pelo processo, desconhecadora da história local, contratada pelo anterior executivo. Já agora, para que todos saibam por um preço, esse sim, que a todos deve escandalizar, cerca de quinze mil euros. Esse é que deveria ser o escândalo. Tudo foi corrigido no tempo normal que estas coisas demoram e não estaria aqui a gastar o meu tempo se vivesse noutra concelho. Pois aqui, estes senhores dedicam o seu precioso tempo à intriga e à política de casos e com isso gastam as energias que deveriam ser usadas a pensarem nos reais problemas deste concelho.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Machado em substituição do Dr. Jorge Magalhães, excelentíssimos senhores vereadores, distintos membros, público, comunicação social. Na acta referente à reunião de Câmara de um de Março vem referido: “ Proposta do senhor vereador do Desporto, professor Eduardo Augusto Vilar Barbosa para a aprovação da minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Lousada e a Editorial Novembro – Edições Cão Menor, Unipessoal, Lda. Deliberou o órgão executivo, por maioria não formalizar a assinatura do protocolo em apreço, pois, por circunstâncias económicas ficará adiado”. Daqui resulta desde logo um facto, é que pelo menos o senhor presidente da Câmara ou um dos senhores vereadores do partido socialista seguiu o sentido de voto dos senhores vereadores da coligação “Lousada Viva”. Assim sendo, e já agora Dr. Pedro Machado, pergunto-lhe directamente, qual foi o seu sentido de voto? E também como aqui não vem enunciado iria lhe perguntar que protocolo é este? O que é que visava este protocolo? Quanto é que iria custar este protocolo ao erário público lousadense? Quais eram os seus fins e porque é que em acta isso não vem discriminado? Também não queria sair daqui sem lhe dizer Dr. Pedro Machado que há bocado o ouvi atentamente e notei a sua diferença. Olhe, pelo menos alguém do executivo socialista lê os outros programas eleitorais, já cá tivemos quem em assuntos de montantes enormes tivesse como resposta que não lia, nem tinha nada que saber dos

programas eleitorais quer das Juntas quer dos outros.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Claudia Patricia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimos secretários, excelentíssimo senhor presidente em substituição, excelentíssima senhora vereadora e vereadores, excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e excelentíssima comunicação social. Gostaria apenas de deixar aqui um alerta ou levantar aqui uma questão que diz respeito à área da saúde. Temos conhecimento que alguns médicos do Centro de Saúde de Lousada pediram a aposentação. Pelo número de médicos que tivemos conhecimento isto poderá traduzir-se no curto-médio prazo, cerca de dez mil utentes sem médico de família, é uma situação preocupante. Temos consciência que isto é uma situação a ser resolvida pelo Ministério da Saúde e é publico que a nível da região Norte e de todo o país é um problema com que nos deparamos. Mas gostaria de facto de saber se a Câmara está a acompanhar esta situação e que medidas estão a ser tomadas no sentido de se evitar o pior.»-----

----- Intervenção da Sr.^a Virginia Monteiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal em substituição, senhora e senhores vereadores, senhora e senhores presidentes de Junta, senhoras e senhores membros da Assembleia, estimado público e comunicação social. Volvidos mais de quinze anos e após muitas promessas, finalmente, a revisão do Plano Director Municipal de Lousada vai acontecer. Senhoras e senhores como sabem, trata-se de um documento fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho. Esperamos que estejam, efectivamente, a ser salvaguardadas as questões ambientais, culturais e também as arquitectónicas. A prioridade não pode ser apenas a construção de mais uns edifícios, mas sim, conciliar a estética da forma com a ética da concepção. No próximo dia oito de Maio a Câmara Municipal de Lousada vai organizar uma sessão pública de apresentação da proposta de revisão do PDM, é de referir que este debate público foi proposto pelos vereadores da coligação “Lousada Viva”. Esperamos, deste modo, que a Câmara faça tudo que estiver ao seu alcance para que a população lousadense tome efectivamente conhecimento da proposta de revisão, e o debate a realizar, para que este sim, seja verdadeiramente útil e eficaz. Numa altura em que a proposta de revisão do PDM vai entrar em discussão pública gostávamos sinceramente que o

executivo municipal não esquecesse todos aqueles lousadenses, e acredito que foram muitos, que no início do ano de mil novecentos e noventa e oito solicitaram que a sua parcela de terreno fosse incluída em zona de construção, para assim, poderem construir uma habitação. Muitas famílias aguardam, ansiosamente, que a revisão do PDM lhes traga tão esperada boa nova. Finalmente, e reafirmo, finalmente, vão poder construir a sua própria habitação. Esperamos então que a revisão do PDM, mais propriamente o seu zonamento, uma vez que esta é uma técnica fundamental de planeamento de urbanismo, não sirva para defender os interesses de especulação imobiliária, mas sim, para defender os verdadeiros interesses dos lousadenses. E com isto termino, referindo, que vamos estar atentos à revisão do PDM para o bem da nossa terra.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Ângelo Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Junta de Silvares nunca foi minha intenção ter uma atitude de falta de educação. Contudo, é preciso repor aqui alguma justiça. Como o senhor sabe a toponímia de Silvares foi realizada pelo anterior presidente de Junta e não pelo actual. Esta toponímia poderia ter sido aplicada ainda durante o anterior mandato mas esta para não ser acusada de uma medida eleitoralista, não foi realizada nesse preciso momento. Ela foi executada com algumas alterações, muito bem. Como pode ver nas actas da Assembleia, nunca foi minha intenção tentar colocar-lhe alguma pressão em cima para colocar a placa no sítio ou qualquer outra coisa. Mas o que é certo é que resultou, e no dia seguinte, ela estava lá.» -----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu no meio desta história das placas sinto-me de certa maneira mal porque trata-se da figura de meu pai e tenho a certeza que não houve má intenção da parte de ninguém. O Oliveira quando disse foi a defender a moral e os bons costumes. Na verdade se houve lousadense que merecia algum respeito foi o meu pai. O Oliveira não quis ofender, quis chamar atenção de que na verdade era merecido. A Dr.^a. Cláudia não deve estar muito a par da situação mas é na verdade preocupante esta debandada geral dos médicos. Isto é fruto de três factores: um certo desânimo dos médicos com o caminho com que a medicina está a ser levada, em que cada vez se tenta matematizar aquilo que não é matematizado, preocupam-se mais com estatísticas do que com trabalho efectivo. Isso faz com que muitos médicos queiram abandonar a carreira médica porque encontram no privado outro tipo de incentivos. Como sabe os ordenados dos médicos não é assim uma coisa tão boa como isso, é preciso alguma carolice para se continuar ali.

Relativamente ao Centro Saúde de Lousada são sete os médicos que pediram a aposentação. Sete, em vinte e um é muita coisa. Um deles provavelmente vai para a Radelfe, irá pedir a exoneração. Há um outro que tem um problema de saúde bastante grave. Os outros, alguns deles, eu posso dizer isso porque tenho contactado com as pessoas, mesmo que saia a autorização para serem reformadas antecipadamente, não irão aceitar, mas meteram o pedido de dispensa para que isso se concretize. Quero também dizer que a Câmara não está desatenta a isso. Falei com o presidente e temos agendado um encontro para breve com o senhor Secretário de Estado. Na verdade é complicado porque não há médicos. Nós aqui em Lousada damos formação a alunos do São João, do sexto ano e do primeiro ano, e felizmente, agora, já ouvimos um ou outro a dizer que vai seguir a carreira de clínica geral, mas são poucos, e por muito que se atraiam, eles tentam ficar mais perto dos sítios onde vivem. Um Centro de Saúde, onde os médicos começam a chegar a uma idade, nós quando chegarmos aos sessenta anos as capacidades já não vão ser as mesmas para exercer medicina. Isso pode fazer com que uma grande parte dos médicos que estão nessa faixa, daqui a quatro, cinco anos vai ser muito complicado. Essa chamada de atenção é na verdade pertinente mas isso já está a ser acautelado.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente de Mesa, restantes membros da Mesa, excelentíssimos senhores vereadores e presidente da Câmara em substituição, estimados representantes do povo e comunicação social. Quanto ao PDM três coisas. A senhora deputada veio apelar à discussão pública. Sem dúvida que ela deve existir, que ela deve ser real e que seria de todo modo agradável e até uma surpresa que as pessoas e todos os lousadenses participassem activamente nesse processo. Aquilo que eu tenho dúvidas é que tenhamos de disponibilizar um autocarro para ir buscar as pessoas a casa e tirá-las da cama. No entanto, acho que sim, é uma tarefa de todos fazermos esse papel activo de informar as pessoas, consciencializar para a necessidade da sua participação. Pois, senhora deputada a sua incongruência denotou-se. Incongruência neste sentido, começa por falar em ambiente, em cultura, em paisagem, combina estética com ética, um palavreado muito sóbrio e com muita beleza e termina o seu discurso a pedir mais construções. Temos de começar a definir logo isto. Relativamente ao zonamento, é necessário que a senhora estude conscientemente a lei e perceba que o zonamento não depende só do PDM, há institutos e organismos superiores que também tem uma palavra a dizer, palavra essa que é hierarquicamente superior. Uma vez que se falou do estado da saúde

em Lousada, esta é uma posição que ainda não foi discutida no seio do grupo parlamentar do PS mas já foram manifestadas, sobretudo pela juventude socialista, sérias reservas, quanto ao funcionamento do Hospital Padre Américo. Têm vindo várias notícias a público, até relativamente à partilha dos concelhos pelo hospital, uma vez que e segundo o último estudo que saiu e foi publicado no site do Ministério da Saúde, o hospital não tem capacidade para receber tantas pessoas que lhes estão consignadas. Portanto essa sim, é também, uma preocupação que devemos ter.» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente antes de iniciar a intervenção gostaria de colocar uma pergunta à Mesa. Como bem sabemos, o Regimento prevê que intercalado das voltas possa existir uma intervenção do presidente de Câmara. Não foi dada a possibilidade ao presidente de Câmara em substituição de fazer essa intervenção.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa: «Ele já me tinha comunicado que não queria.» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP (continuação): «Só agradeço que os grupos e esta Assembleia seja informada também no início dos trabalhos para que estas perguntas não se repitam, porque sistematicamente acontece sempre o mesmo. Senhor presidente restante Mesa da Assembleia, senhor presidente de Câmara em substituição, demais vereadora e vereadores senhoras e senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social presente. Antes de mais, dois apartes para saudar dois acontecimentos em Lousada, reeleição do presidente da secção PS Lousada, votos para que tenha uma boa condução nos seus trabalhos. Segundo saudar o surgimento de mais um órgão de comunicação social em Lousada “ A Voz Local”. Entrando propriamente na intervenção, não poderia deixar passar em claro um assunto que motivou o voto contra dos vereadores da coligação “Lousada viva” em reunião do executivo. Refiro-me à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia e respectivo estabelecimento dos contratos-programa a celebrar. Como bem sabem, o projecto da coligação “Lousada Viva” aposta claramente no desenvolvimento holístico e integrado das vinte e cinco freguesias do concelho, na promoção e dignificação da actividade do presidente de Junta de Freguesia, no investimento descentralizado de equipamentos desportivos, culturais, recreativos e de lazer por aglomerados de freguesias, na requalificação da rede viária de todo

o concelho e entre outras vertentes de benefício local e social das populações residentes nas freguesias do concelho. Nesta medida, não poderíamos deixar de concordar com o aumento das competências dos presidentes das Juntas de Freguesia, no que à área de gestão e responsabilidade da manutenção da rede viária, espaços ajardinados e sinalética diz respeito. De igual modo, percebemos também a necessidade, até mesmo legal, em estabelecer contratos-programa com as freguesias do concelho. Acontece, porém, que a forma e substância do conteúdo com que propuseram a celebração dos contratos-programa com as Juntas de Freguesia não foi, não é, a melhor forma a encetar. Desde logo pela relação unilateral com que se apresentam na celebração destes contratos-programa, do tipo, a telefonista liga ao presidente da Junta e diz-lhe por favor passe por cá para assinar o contrato ou protocolo. Antes mesmo de ser discutido, negociado e inclusivamente levado a reunião de executivo da Junta de Freguesia. Depois, prevêem o aumento de competências das Juntas de Freguesia, e quanto a isso nada a apontar, mas sem a devida correspondência em termos financeiros, bem pelo contrário, diminuem o valor das verbas a transferir comparativamente com os montantes transferidos no ano anterior, que já de si foram manifestamente reduzidos. Depois estabelecem os montantes a transferir sem qualquer critério razoável, agrupam as freguesias por valores a transferir. Como bem sabem, a realidade de uma freguesia não é similar a qualquer outra. E quando falam em disponibilidade orçamental será que se lembram da proposta de protocolo com as Edições Cão-Menor? Só recusada por acção dos vereadores da Coligação “Lousada Viva”. Será que se lembram do volume das avenças que de tempos a tempos vão aprovando nomeadamente até na área jurídica? Senhoras e senhores deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, no que ao tratamento direccionado para as Juntas de Freguesia diz respeito, podemos afirmar categoricamente que existe uma grande diferença entre o actual executivo camarário e a proposta da coligação “Lousada Viva”. O actual executivo vê os presidentes das Junta de Freguesia como meros agentes administrativos, meros atestadores. A coligação “Lousada Viva” vê os presidentes de Juntas de Freguesia como parceiros do desenvolvimento local e global do concelho. Esta não é a primeira vez que se faz notar esta diferença. Outras propostas de apoio às Juntas de Freguesia e dignificação dos presidentes de Junta já tivemos a oportunidade de também aqui nesta Assembleia também, as apresentar. Como de resto os elementos das Assembleias anteriores muito bem se devem lembrar.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal

“Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu apenas venho aqui porque não houve tempo, simplesmente tenho de acrescentar algo mais. Houve aqui uma intervenção do deputado Joaquim Santos, pessoa que eu muito admiro, admiro imenso as suas intervenções. Aliás, admiro todas as intervenções, todos os senhores deputados merecem sempre a maior atenção porque com todos aprendo. Dada a circunstancia, inclusivamente, embora tenha desempenhado funções políticas noutra âmbito durante vários anos, a nível autárquico é a primeira vez que tenho a honra de servir. Simplesmente queria dizer que a expressão de *boys* é normalmente utilizada a nível de cargos públicos ou empresas públicas e não fui eu que a utilizei, foi o senhor ministro. Eu não estou a negar, estou a dizer a razão, quem a utilizou, e a razão da minha intervenção foi o senhor ministro. E devo dizer que embora seja corrente a utilização desse termo, não é adaptável apenas ao governo actual ou anterior. Infelizmente é uma prática comum a todos os governos e pela minha maneira de estar, seja qual for a cor política que esteja no governo, certamente pelo pouco que conhecem de mim, saberão que a crítica será a mesma, para mim não há destrinças nesse aspecto. Segundo, julgo que houve aqui uma pequena distração do senhor deputado dado que eu tive o cuidado de referenciar que embora esta matéria da Junta de Freguesia não fosse adaptada à Assembleia, apenas a trazia aqui como alerta e pedido de esclarecimento, pelo facto decorrente da situação em que se encontra a Junta. Os meus conhecimentos poderão não ser muitos profundos nessa matéria, confessei que tinha dúvidas, mas são suficientes para saber qual é o local próprio. Dado que o senhor Joaquim Santos, sabe muito mais disso do que a minha pessoa, só admito isso como erro da sua parte, falta de atenção ou audição. Finalmente o que ia falar há pouco. Por razões familiares, estou a par de um programa de grande interesse para a população no seu aspecto saúde, “ Programa Nacional de Marcha e Corrida” com a colaboração da Federação Portuguesa de Atletismo e do Instituto Nacional do Desporto. Trata-se de instituir uma pista no exterior, pode obter participação financeira do Instituto Nacional, competindo apenas às autarquias arranjar um técnico que pode ser um antigo atleta que receberá assistência técnica em estágios a efectuar. Fui informado de que não há qualquer processo de candidatura. No entanto, o meu familiar admite que sendo tantas as candidaturas se tenha extraviado. Porque sou homem de desporto, sou pai e neto de desportistas e além da parte desportiva me interessa a parte de saúde da população, e acho que o exercício físico é uma medida de prevenção para saúde, podendo poupar imenso dinheiro ao erário público, estou inteiramente á disposição do senhor vereador do desporto para colaborar naquilo que for possível e deixar aqui um pequeno apontamento sobre o programa em causa

com indicação do site.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Ângelo Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes, tenho apenas um apontamento para fazer. Se a coligação “Lousada Viva” dá tanta atenção a todas as freguesias, porquê que os vereadores eleitos pela coligação apenas propuseram obras nas Juntas de Freguesia PSD?» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Eu não vou seguramente contribuir para a intriga portanto há aqui algumas questões que eu vou avançar. Começando pela intervenção do Dr. José Gonçalves, eu julgo que existe um lapso na acta da reunião de Câmara, aliás estava a confirmar com o meu colega. O que aconteceu é que essa proposta foi levada à reunião de Câmara para tomarmos conhecimento e apreciarmos. E por unanimidade foi decidido que não teríamos condições. Quanto à questão de eu não ter lido o programa eleitoral da CDU. Antes de mais quero pedir desculpa ao senhor Xavier, porque se disse isso, não era isso que eu queria dizer. Li seguramente e com atenção todos os programas eleitorais inclusivamente o vosso. O que eu quis dizer é que não tinha presente que vocês tinham lá essa proposta. E já agora queria aconselhar o Dr. José Gonçalves a ler outras coisas além dos programas eleitorais. Relativamente à intervenção da Dr.^a Claudia. O Dr. Mário já deu aqui uns apontamentos muito pertinentes. Eu queria só acrescentar que a Câmara tem acompanhado de perto esta problemática. Temos feito um pouco de tudo aquilo que é possível para contribuirmos com o nosso modesto contributo, para resolver este problema. Ainda há bem pouco tempo acolhemos aqui o quarto encontro de saúde em que estiveram aqui profissionais dessa área, médicos, que porventura não conheciam o concelho e passaram a conhecer, os seus encantos, esperemos que isso tenha contribuído para chamar médicos aqui para o nosso concelho. Relativamente á questão do PDM, já que estamos a falar de “cães”, julgo que somos “presos por ter cão e não ter”. Até agora éramos atacados porque este processo de revisão nunca mais saía do sítio. Agora que se deu em passo significativo, há que arranjar outros argumentos, isso faz parte do vosso papel, às tantas. Se estivesse do vosso lado não era isso que faria. Eu julgo que acima de tudo nós temos que estar satisfeitos, porque como disse e bem, há imensa gente que aguarda há muitos anos por esta matéria. É evidente que isto não vai resolver o problema de toda a gente nem pode resolver o problema de toda a gente, vai continuar a haver pessoas insatisfeitas porque por ventura fizeram pedidos e eles não puderam ser contemplados, porque quer queiramos quer não o território do nosso concelho não pode ser todo

zona de construção. Logo no início do processo de revisão estão lembrados certamente que houve um período de apresentação de propostas, houve reuniões com os interessados e com a equipa do plano. Todas essas propostas tiveram o devido encaminhamento e entretanto ao longo destes anos todas outras propostas surgiram. Aquilo que agora é conhecido é uma proposta que ainda não é proposta final, pode ser objecto de alguns acertos em fase de execução pública. Mas contudo queria realçar a satisfação da Câmara Municipal e julgo do concelho por termos dado um passo decisivo na resolução deste problema. Essa questão de ter sido o PSD a propor. Eu já vi que vocês fizeram questão de levar a conhecimento da população essa situação mas confesso que é uma situação, como direi, um pouco desadequada. Porque se ler a acta, e justiça seja feita aos nossos colegas da oposição na Câmara, tem havido uma óptima relação de cordialidade e colaboração mútua. Se repararem o que está escrito na acta é que eu fiz umas propostas, o senhor presidente foi acrescentando, depois a oposição foi acrescentando, foi como se estivéssemos a pensar ao mesmo tempo numa voz única. É óbvio que nesta apresentação pública não vamos discutir o problema individual de cada cidadão era impossível. Esta proposta é basicamente para apresentar à população as linhas gerais deste projecto, ajudá-las de algum modo a interpretar o plano. Os senhores presidentes de Junta também, alguns deles já manifestaram alguma dificuldade na interpretação da cartografia. Nós pedimos aos senhores presidentes de Junta para afixarem as cartas de ordenamento e de condicionantes e disponibilizarem à população a minutas para fazerem reclamações e sugestões, e alguns deles, já manifestaram que têm algumas dúvidas quando as pessoas lhes fazem perguntas. Entretanto estamos a pensar também ter um dia por semana, um elemento da equipa do plano na Câmara Municipal só para fazer este tipo de atendimento, e nos outros dias termos um funcionário da Câmara para que este assunto, para que o assunto do PDM não preencha o outro atendimento. Relativamente á questão posta pelo Dr. Carlos Nunes. Começando pela questão das Juntas de Freguesia. Eu julgo que a forma como vocês abordam esta questão, está aqui bem clara na forma como apresentou esta questão, porque não referiu transferência ou delegação de competência. Referiu transferência de verbas. Mas nós aqui estamos a falar de delegação de competências, e esta, é que implica a transferência dos meios necessários e adequados. Quanto a isso tive a oportunidade de dizer na reunião de Câmara onde foi apresentada esta proposta, que nós somos dos primeiros a querer que estes valores fossem superiores. Julgo que não anda aqui ninguém distraído, todos nós, temos de ter consciência das dificuldades que o país atravessa e o mundo atravessa. Temos de tomar consciência das

dificuldades que temos, a própria Câmara tem sentido um corte nas suas receitas, ao nível do IMI e IMT pouco, mas desceu. Só para ter uma ideia na facturação de água e saneamento por mês estamos com menos quinze mil euros, por um lado é bom porque as pessoas estão a poupar, mas por outro lado isso pesa nas finanças municipais. E portanto “em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”. Quanto à redução de verbas. Eu julgo que foi um bocadinho infeliz quando disse que a telefonista ligava aos senhores presidentes de Junta para virem assinar, foi um pouco no gozo. Eu antes de levar este assunto à reunião de Câmara tive a oportunidade de ligar a todos os senhores presidentes de Junta a explicar-lhe o problema e a dar-lhe a perspectiva que a Câmara tinha desta matéria. Disse-lhe que neste momento o que era possível era isto, mas assumi o compromisso de no segundo semestre reforçar estas verbas. Não sei até quanto vai ser possível reforçar mas pelo menos outro tanto será, no mínimo dos mínimos, oitenta por cento do valor que receberam em dois mil e oito podem estar seguros disso. Quanto à questão dos critérios. As questões podem ser sempre discutidas, já no anterior mandato apresentou aqui uma fórmula que é uma fórmula como outra qualquer e que também é susceptível de críticas. O critério que nós assumimos foi pegar nos valores que vinham de trás. Que eu saiba eram mais ou menos pacificamente aceites e foi com esses valores que trabalhamos. Depois, achei um pouco deselegante, sinceramente, comparar esta matéria com as questões que falou, Edições Cão-Menor, que é uma falsa questão como acabei de referir e das avenças na área jurídica. Conhece alternativas? Vê aqui algum desperdício nas avenças na área jurídica? Só quem não tem noção do que é o funcionamento de uma Câmara da responsabilidade que temos, é que pode ter este tipo de abordagem. Nós neste momento na Câmara Municipal temos apenas um jurista, é impensável que ele tenha capacidade de resposta para todas as matérias. O que nós temos basicamente são duas assessorias, uma para a parte de contencioso, que é de valor pouco expressivo e outra para a parte de consultadoria. São as avenças que nós temos e são mais do que necessárias. Relativamente à questão dos presidentes de Junta serem meramente atestadores. Seguramente não essa a ideia que nós temos nem é isso que nós pretendemos dos presidentes de Junta. A Câmara sempre os tratou como um elemento fundamental para o desenvolvimento deste concelho. Há uma série de projectos que são partilhados, há protocolos que são feitos à margem desta situação de delegação de competências. Portanto dentro daquilo que é possível nós temos sempre acompanhado os anseios dos presidentes de Junta. De uma maneira geral tem havido uma relação profícua entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Provavelmente o senhor foi buscar isso dos

atestadores a uma acta da reunião de Câmara em que o senhor presidente de Câmara diz exactamente isso, mas ele está a referir-se á situação de que daqui a quatro ou cinco anos, provavelmente, os presidentes de Junta serão meramente atestadores. Ele está a citar palavras de colegas dele, nomeadamente, do presidente da Associação de Municípios do Vale do Sousa, que dizia numa reunião, que esteve com o primeiro-ministro salvo erro e com o ministro das finanças, e que quando acabar os fundos comunitários, a coisa vai ficar mesmo feia. Provavelmente os senhores presidentes de Junta não vão ter grandes condições para fazer os investimentos que até agora fazem e bem. Vamos sentir nós, Câmara, e as Juntas. Esperemos que dois mil e treze não seja o fim dos fundos comunitários, já se dizia que era o fim no anterior e não foi. Esperemos que não seja, porque se for, o caso vai ser mesmo muito complicado. Relativamente intervenção do senhor capitão Campos de Barros. Eu tenho nota de que o gabinete de desporto da Câmara Municipal fez a inscrição para esse programa mas vamos confirmar se houve algum problema com a inscrição. De facto disse e bem que isto é fundamental, todas as actividades que possam contribuir para a saúde e bem-estar da população. Antes disso, o gabinete da Câmara organiza periodicamente caminhadas, como podem ver na nossa revista municipal. E também cientes dessa necessidade e dessa preocupação, dentro em breve, contamos de inaugurar a Ecopista da Quinta de Vila Meã. Vamos ter ali um trilho com cerca de quatro quilómetros e quatrocentos metros onde as pessoas vão poder caminhar ou andar de bicicleta de uma forma sossegada e sem perigo.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silhares: «Nas informações transmitidas pelo senhor presidente da Câmara, no que toca ao Complexo Desportivo e à sua interligação com o Parque Urbano, quero aproveitar este momento para interpelar esta Assembleia e em particular o senhor presidente, neste caso em substituição o senhor Dr. Pedro, colocando algumas questões que gostaria de ver esclarecidas mas sobretudo com todos vós fazer uma pequena reflexão. A criação de um Parque Urbano é uma ideia a aplaudir e a apoiar e que o grupo parlamentar do PSD.CDS-PP assim também o faz, estamos claramente de acordo, consideramos uma ideia fundamental para o concelho. Tratando-se de uma candidatura aos Fundos Comunitários, este projecto está neste momento preso de uma ideia inicial, não podendo por isso sofrer grandes alterações.

Quer isto dizer que, mais uma vez, como noutras, uma ideia boa em si mesma, pode de certa maneira vir a tornar-se um erro pela falta de enquadramento e visão que pode enfermar, a não ser que algumas questões possam vir a ser esclarecidas aqui. Isto é o resultado de um processo, que do meu ponto de vista foi feito um bocado à pressa, devido à urgência dos prazos para entrega da candidatura, e nessa maneira perspectiva, pode ter enfermado de uma visão estranguladora e com falta de estratégia. O Projecto do Parque Urbano vai implicar a destruição de dois campos de futebol, um relvado e um em terra, a destruição da actual sede da Associação Desportiva de Lousada. Este projecto ficará por isso obrigatoriamente ligado à construção de um novo estádio de futebol, aliás programado já no âmbito do Complexo Desportivo. Dele falaremos mais à frente. Por agora, surgem-me algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas: primeiro, quanto vai custar demolir as instalações existentes, nivelar e preparar os terrenos para suportarem o projecto apresentado do Parque Urbano? Foram feitos estudos quanto á qualidade e capacidade do terreno para a implementação e crescimento de árvores? Eu sei e conheço pessoas que acompanharam, o campo de terra é feito em base de pedra, granito, aterros que foram feitos sucessivamente. Para que não aconteça aquilo que está acontecer na avenida que vai das piscinas para a escola secundária que após a plantação das árvores, teve que se fazer rotas novamente para colocar terra saudável para que as árvores pudessem crescer. Segunda questão, os campos existentes, em particular o campo de terra, está ser utilizado por três equipas de futebol, Silvares, Cristelos e Pias que disputam, e muito bem, uma boa iniciativa que nós saudamos, o Campeonato Concelhio de Futebol. Eu gostaria de saber que solução tem a Câmara para apresentar a estas equipas, a partir do momento que este espaço vai ser destruído? Vamos deixar de ter um campo de futebol em terra, onde as equipas neste momento estão a treinar quase todos os dias da semana. Eu pergunto, será que é nos campos sintéticos? Mas com que custos e em que horários? Quando sabemos que neste momento, nos horários disponíveis para as pessoas, a ocupação é quase plena pela ADL, e mesmo que possam, com que custos? Terceira questão, eu pessoalmente cheguei a dar algumas modestas sugestões para o que entendo dever ser um Parque Urbano, ou seja, ao nível de equipamentos urbanos de lazer e recreio. Algumas dessas sugestões, minhas e de outras pessoas, sei que foram enquadradas no projecto final entretanto apresentado há pouco ao QREN. Sei que o executivo alterou o projecto inicial e incluiu novos equipamentos, o que saúdo. Foram alterados para criar um conjunto de equipamentos de intervenção urbana como na área dos desportos radicais e outras áreas. Uma outra situação que se coloca tendo em conta o espaço

onde é situado o Parque Urbano, é um espaço limitado, muito centralizado no centro urbano, que potencial de crescimento poderá ter? Vi no PDM com agrado que a área envolvente está reservada para possível crescimento, o que é de saudar. A Quinta do Carvalho está já reservada como área de crescimento como zona de lazer. Mas há algum acordo efectivo com os proprietários dos terrenos? Este executivo já tem alguns avanços nesta área e a que preço? Quanto custa aqueles terrenos naquele local? Ou quanto é que poderão custar? Quais os critérios que levaram à escolha daquele local? Não haveria outros locais possíveis, com custos de execução mais baixos e características naturais mais adequadas ao tipo de projecto apresentado? Por exemplo, o vale de Ponterrinhas. Quem conhece o Vale de Ponterrinhas onde existência uma área de ribeiro natural com águas excelentes, onde existe do lado direito da ponte uma fonte com moinhos a precisarem de intervenção. Porque não? Eu sei que neste momento não é possível alterar o local, mas não deixo de fazer aqui essas reflexões. Acho que são importantes, nós enquanto lousadenses, enquanto pessoas deste concelho devemos colocá-las. Porque também é possível e eu sei de fonte segura que se este executivo quiser abandonar o projecto inicial pode concorrer a um segundo projecto que demoraria mais um ano ou dois. Porque não? Ou seja, aquilo que aconteceu no país com a transferência da Ota para Alcochete. Fica a ideia no ar. Por fim mais uma questão, que estudo de mobilidade foi feito para suportar este projecto? Fará sentido concentrarmos mais um equipamento desta natureza no centro urbano, atraindo para o centro mais carros e mais trânsito? Em conclusão. Estas são apenas algumas pistas de reflexão que apenas pretendem que se faça mais luz sobre este projecto, para que não aconteça como noutros que avançam e depois de estarem feitos, toda a gente chora o leite derramado. Retomando o assunto da construção do estádio, no âmbito do Complexo Desportivo. Sei que é um projecto com um enquadramento especial, cujo financiamento não pode ser desviado para outras áreas. Trata-se pois de aproveitar um financiamento que de outra forma não teríamos, muito bem, mas vejamos: vamos fazer um estádio apenas porque temos alguém que nos vai dar setenta por cento do investimento que vamos fazer? Com que objectivo e com que necessidade? Mas alguém perguntou, será um estádio de futebol o que mais nos faz falta neste momento no concelho? E quanto nos vão custar esses trinta por cento? E quanto nos vai custar a manter o estádio depois de ser construído? Já agora, não ficará mais barato comprar o de Aveiro? Ao que parece querem demoli-lo. Porque será? Num período de crise nacional, com empresas a fechar, o desemprego a aumentar, os juros a subir, a Câmara de Lousada, apresenta-nos num curto espaço de tempo dois projectos estratégicos para o

desenvolvimento do concelho. Durante este período temos vindo a discutir Parque Urbano, construção de um novo estádio e a renovação do centro urbano da vila. Mais dois campos de ténis. Conclusão. Não que eu não ache importante, bonito e que fica bem na fotografia termos um estádio. Mas sinceramente, faz-me lembrar aquelas pessoas que compram um Mercedes de alta cilindrada a crédito, estacionam-no à porta da barraca, passam a vida a comer sopa, e mal têm dinheiro para encher o depósito da viatura. Entendamo-nos, eu não estou contra a construção do estádio, só estou contra esta estratégia política que neste processo todo aquilo que é neste momento a alavanca do concelho é construir um estádio municipal? Como já referiu o meu colega Carlos Nunes há dinheiro para construir um estádio, há dinheiro para um Parque Urbano e não há dinheiro para as juntas de freguesia desenvolver um conjunto de projectos de desenvolvimento integrado para o concelho. Essa é que é a questão, ou seja, é uma questão de estratégia. É estratégico para o concelho construir um estádio municipal, então meus senhores, estamos conversados.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Fausto isto parecia um sermão. Duas coisas: estádio e Parque Urbano. Todas as perguntas que formulou, devia tê-las formulado antes, agora que os projectos vão a meio, é que nós nos pomos a fazer reflexões. Isso tem duas coisas: primeiro, saímos descredibilizados se andamos a mudar da Ota para Alcochete. Quando apresentamos uma proposta à partida não somos capazes de escolher logo a melhor? Ainda vamos esperar mais dois anos. Sabe há quantos anos se está a falar do novo aeroporto? Vem da ditadura. O senhor começa por falar da falta e da destruição de um estádio, falta de equipas, e vem criticar a criação de um novo. Sinceramente, eu partilho, em parte dos seus pensamentos e das suas reflexões sobre a sua utilidade, utilidade essa até superveniente que poderá ter um estado. No entanto apesar disso, cumpre-me dizer-lhe duas coisas: primeiro lugar, as freguesias não suportam parte dos custos, e aqui o QREN e a União Europeia entram com parte dos fundos, se eles existem, nós não podemos ser parvos ao ponto de não os aproveitar. E depois outra coisa que é, a coligação “Lousada Viva” que sempre tem vindo a terreno defender a AD Lousada falar na associação e na importância que Associação Desportiva de futebol tem no concelho vai deixar cair por terra a existência de um estádio que no concelho marca a diferença que possa ser a casa de um clube de futebol. Não que eu tenha alguma coisa a dizer com isso mas acho que tem de explicar essa incongruência. De demagogia está muita gente farta.»-----

----- Intervenção do Sr. Nelson Ângelo Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: Dr. Fausto é lógico que essas ideias são muito bem formuladas mas eu apenas pergunto: o que é um complexo desportivo sem um campo de futebol? O futebol é o desporto rei. Quem virá de fora, que investimentos iremos ter turísticos de alta competição se não tivermos um campo de futebol de alta competição. As equipas, as selecções apenas recorreram ao complexo desportivo porque tem tudo concentrado. As equipas às vezes até vêm com várias modalidades incluídas na comitiva e praticam uma série de modalidades. Agora se vamos deixar fugir esta iniciativa, esta oportunidade, aí estamos muito mal.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves: «Eu queria só esclarecer o conjunto da minha intervenção porque poderia ter ficado um pouco duvidoso. Eu não estou contra a construção do estádio. O que eu estou é contra uma estratégia que de facto privilegia a construção do estádio, mas simultaneamente, porque vai construir o estádio descara um conjunto de outros investimentos que são fundamentais. Uma Câmara que pediu a esta Assembleia para nos endividarmos para construirmos um estádio, pediu a esta Assembleia para nos endividarmos para construir o Parque Urbano mas simultaneamente tem imensos problemas em atribuir quinhentos mil euros às Juntas de Freguesia para projectos de desenvolvimento local. Essa é que é questão. A questão é que cumulativamente há um conjunto de outros investimentos que por causa do estádio, por causa de um conjunto de investimentos que este executivo vai avançar, deixam de existir. Há um projecto, há uns investimentos, deve-se aproveitar. Agora outra situação eu já ponho em causa, que é a destruir de dois campos que estão neste momento a ser utilizados por equipas de futebol, estão a ser rentabilizados, e em substituição, o que é que vamos oferecer a essas equipas. E mais, é outra reflexão que deixo. Eu sou a favor da concentração dos espaços, e deixo outra interpelação a este executivo, é uma ideia que deixei e o Dr. Pedro sabe. A escola E.B. 2,3 Lousada está numa situação degradante em termos de instalações, tem condições de pavilhões que nunca se adequaram, penso eu, ao tipo clima que existe neste país, sobretudo nesta zona norte, com pavilhões completamente dispersos. O que eu pergunto é: qual é a política do executivo relativamente àquela escola nas negociações que está a fazer com DREN. Não seria muito mais interessante que se estudasse uma possibilidade e a viabilidade de uma construção em vez de fazer obras de construção de uma nova escola EB 2,3 junto à secundária e fizesse o enquadramento dos campos e da zona

desportiva, incluindo as piscinas municipais como forte componente de apoio ao desporto escolar. Porque não enquadrar toda aquela área juntando as piscinas os campos existentes adequando-os ao serviço da área escolar?» -

----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caide de Rei: «Excelentíssimos senhores, senhoras presentes, ao ouvi-los senti-me profundamente preocupado, sinceramente. Tenho vindo a dizer-lo e cumprindo o que disse o senhor presidente nesta intervenção: "... implicando medidas de austeridade e um grande esforço de contenção de despesas...", eu direi que face aos projectos que estão em curso, sabendo um bocadinho daquilo que é a aposta do nosso executivo camarário no sentido do apoio social. Eu tenho vindo a vincar que neste momento a questão destes investimentos, nomeadamente alguns, é um autêntico insulto social. Temos escutado as notícias recentes ao nível dos grandes projectos a nível nacional, gostaria de dar nota disto, porque verifiquei que com a redução das verbas para as freguesias, sabendo que as freguesias são um parceiro fortíssimo na proximidade com as populações, acontece que com a redução das verbas nós estamos em vias, eu digo em relação à minha freguesia, estamos em vias de cortar nas parcerias com determinadas instituições, nomeadamente locais. Já o fizemos chegar junto da rede social, já o fiz chegar junto das associações de país, junto da sede do agrupamento e acontece que as verbas são escassas. Para maior, ainda, escândalo, verifiquei que foram atribuídos recentemente nove mil e novecentos euros ao Caíde de Rei Sport Clube. O Caíde em causa, recebe uma verba superior àquilo que é transferido para a minha Junta, para pagar obras feitas há quinze anos. Sobre a intervenção do senhor presidente da Câmara, respeitando o que diz, implica medidas de austeridade, diria que neste sentido e face aos acontecimentos que têm vindo a ser feitos. Os recursos são escassos, agradecia que face àquilo que está a acontecer, se da parte da minha população houver alguma revolta popular, eu direi o seguinte: a situação está a chegar a um ponto crítico em relação àquilo que é a gestão da minha freguesia. Fica registado, é crítica a situação.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa: «Tinha falado isso no período antes da ordem do dia não era nesta altura. O senhor tem de se limitar ao ponto. Nós estamos a falar relativamente à intervenção do senhor presidente da Câmara. O senhor tem de respeitar esta Assembleia, quer falar em relação ao que está na intervenção do senhor presidente da Câmara fala de outras coisas não posso deixar falar. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Já que aqui estou, só para dizer ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Silveiras, onde está na lei que a Câmara terá de transferir, em dinheiro, para as Juntas de Freguesia verbas? O senhor presidente da Junta disse quinhentos mil euros para as freguesias, eu ouvi bem.» -----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do grupo Municipal do Partido socialista: «Relativamente á intervenção do presidente da Câmara e às obras que vão decorrer. Falar por falar, as pessoas às vezes falam de cor. Toda a gente sabe que aquele estádio tem de vir abaixo. O senhor não sabe porque o senhor provavelmente nunca participou na vida do Lousada. Pouca gente aqui participou na vida da Associação Desportiva de Lousada. O estádio não tem condições. Eu gostava de perguntar ao senhor presidente da Câmara em substituição, quando se partiu para o projecto junto ao estádio, eu penso que se pensou integrar a feira como um lugar de passeio, como uma zona de lazer. Se nós podemos ter uma coisa boa para que é que vamos ter uma coisa má. Não vamos aproveitar um espaço daqueles que pode ser uma espaço óptimo e vai embelezar o concelho? Eu acho que nós temos de ter qualidade de vida em Lousada. Alternativa de preservar o estádio é impossível. O campo de terra não tem condições, tem alguns perigos. O seu irmão está a par das condições. Nós devemos tentar para Lousada o melhor e o melhor para Lousada é ter um estádio novo. Se avançamos com um estádio é porque ele é necessário. As verbas para ele, penso que nem vão onerar o concelho. O estádio municipal não tem condições para jogar, qualquer dia a Associação de Futebol do Porto não autoriza jogar. Continuamos a ter uma Associação Desportiva, esperemos por muitos anos, também temos algumas dúvidas nisso. Eu gostava de fazer esta pergunta ao senhor vice-presidente: a ideia que eu tenho é que a verbas necessárias para o Complexo pouco oneram o concelho. Não vamos aproveitar isso? Gostava que mais uma vez nos dissesse o que é que representa fazer um estádio para o concelho de Lousada?» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Ângelo Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Congratulo-me, finalmente por saber que um elemento da coligação “Lousada Viva”, neste caso, o presidente da Junta de Silveiras concorda com a concentração de infra-estruturas no Complexo Desportivo Digo isto com uma tremenda satisfação. Espero que de uma vez por todas os seus colegas sigam o seu exemplo, é esse o modo de estar e compreender o desporto, principalmente em Lousada, e esperemos em todo o país.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: « Em primeiro lugar queria saudar todos os presente e fazer uma pergunta ao senhor presidente em substituição. Podemos ver a construção dos campos do Complexo Desportivo só como construção de campos desportivos? Não devemos ter outra atitude em relação ao Complexo Desportivo, como desenvolvimento de outras valências do concelho, na área do turismo, na área do ensino, na área da saúde, em todos os aspectos que permitem dizer que o Complexo é de facto um pólo no futuro de desenvolvimento do concelho? E quem tem outro tipo de visão, tem de facto uma visão muito redutora em relação ao concelho.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: Começando pelo Parque Urbano. Efectivamente o projecto prevê a destruição dos dois campos de futebol não lhe chamaria estádio. Por um lado, julgo que é uma oportunidade única de se reconverter uma área que está degradada, por outro lado, o concelho ficar dotado de mais um equipamento de qualidade. Quanto a este equipamento de qualidade, queria desde já desmistificar o seguinte, acho que é perfeitamente, insultuoso, usando algumas palavras que aqui foram usadas, comparar este tipo de equipamento ao estádio de Aveiro. Aliás, em bom rigor nem se devia chamar estádio, é campo de futebol, é disso que estamos a falar. Estamos a falar com um campo de futebol relvado com um edifício de apoio e uma pequena bancada para cerca de mil e poucas pessoas. Se houver necessidade em eventos maiores, há sempre a possibilidade de meter bancadas daquelas desmontáveis. Estamos a falar, mais uma vez, de um investimento que foi muito bem pensado, porque acima de tudo o que interessa garantir é a sustentabilidade destes equipamentos. Por vezes, o mais difícil não é construir, é manter. Nós estamos a falar de um equipamento de qualidade que vai custar pouco mais de trezentos mil euros aos cofres municipais, porque é apoiado em setenta por cento pelos fundos comunitários. A opção que nós tínhamos de tomar era, aproveitamos estes fundos comunitários ou não aproveitamos. A nossa opção tem sido, desde há longa data, aproveitar todos os fundos comunitários, porque são oportunidades únicas e irrepetíveis. O senhor Ferro disse e muito bem que temos de ver este tipo de equipamentos em todas as suas dimensões, não é só o bairrismo de ter um campo de futebol, esta dimensão é muito mais abrangente, de facto há resultados que não são visíveis por todos, muito menos pelos mal intencionados, mas de facto há vantagens inegáveis, desde logo do ponto de vista do turismo. Para terem a ideia, por vezes há aí jogos, nomeadamente, Rugby, e no fim dos jogos passam em alguns restaurantes e limpam tudo. É o que se passa, só para lhes dar um exemplo. Há vantagens

inegáveis para o nosso concelho. Eu por um lado fico triste, por outro lado fico descansado apesar de tudo o tempo tem-nos dado razão. E vocês não usam muito o termo do “elefante branco”, com satisfação ouvi aqui o senhor presidente da Junta de Silvares dizer que já é muito difícil conseguir lugar para se jogar nos campos sintéticos. Não estou a dizer que foi o senhor que disse mas alguém do passado dizia que aquilo era um “elefante branco”. No que respeita ao parque, vão ser destruídos os dois campos e a sede da ADL. Vão ser requalificados aqueles dois espaços, essencialmente aquilo vai ficar com duas plataformas, que é um pouco aquilo que já existe, uma plataforma superior, onde está agora o estádio e a sede, vamos ter ali um edifício de apoio que se pretende que tenha esplanadas um centro de interpretação ambiental e equipamento infantis. Um segundo patamar para crianças com mais idade onde possam correr, jogar à bola e ter também outro tipo de equipamentos para essa idade. A questão dos custos. O que lhe posso dizer é que a candidatura que foi aprovada prevê um investimento de dois milhões quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta euros. A experiência diz-nos que conforme está a economia, há um abaixamento de preço, aliás nós sentimos isso nesta empreitada de revalorização do centro urbano. Lançamos o concurso e o preço base da adjudicação foi substancialmente inferior, o que nos permitiu desde logo fazer alteração ao projecto e incluir outras ruas que não estavam previstas. Relativamente à utilização do Silvares, Cristelos e Pias dos campos de terra. Pelo que sei, eles aproveitam aquele espaço por cedência da ADL, quando deixar de existir terão de ser encontradas outras alternativas. Relativamente ao facto de ser um espaço limitado. Julgo que não é um espaço limitado, estamos a falar de um parque com alguma dimensão, e temos de facto uma perspectiva de alargamento. Mais uma vez por uma questão de cortesia para com os proprietários eu não me queria alongar muito. O que eu lhe posso dizer é que nós estamos a negociar a aquisição a custo zero para Câmara Municipal, mediante contrapartidas em operações urbanísticas, como a lei prevê. Queria dar nota contudo que a carta de ordenamento que vocês receberam tem lá um pequeno lapso, porque na zona confrontante com a avenida estamos a falar só daquele miolo junto à rotunda, nem fazia sentido ter aquela mancha toda de parque verde. Ao longo da linha de água o parque continue até aquele arruamento que existe na freguesia de Pias. A ideia é que quem entrar em Pias naquele arruamento possa fazer todo aquele percurso e aceder ao parque urbano por ali. Relativamente a outras localizações. É evidente, que se perguntássemos aqui, todos nós teríamos uma opinião e estaríamos aqui dias a fio sem chegar a um consenso. Não obstante queria lhe dar nota, uma das localizações que nós achávamos interessante e que vocês no anterior

mandato até chegaram a sugerir, não é de todo viável. Seria aquela zona de ligação da praça das Pocinhas ao Complexo. Fui eu que negocieei com a Quinta de Vila Meã para se conseguir fazer a eco pista, tentei essa abordagem mas, ou parava por ali, ou então nem a eco pista tínhamos. Os proprietários não aceitam falar nessa ideia, e se fossemos pela via expropriativa era muito complicado porque são terrenos no centro urbano seria praticamente inviável. Relativamente a essa proposta, eu compreendo o senhor presidente de Silves de querer tudo na freguesia, até ir buscar a escola a Cristelos e trazê-la para Silves, mas temos de ter calma. Vivemos no concelho de Lousada e não podemos ter essa lógica capelar que o senhor e o seu colega de Caíde têm. A ideia é que não haja sequer fronteiras entre freguesias, devia haver boa convivência, fico sinceramente triste quando vejo querelas entre vocês por causa de uma placa, de uma casa, sinceramente, o que devia contar era o interesse comum. Agora uma coisa é certa a EB 2,3 de Cristelos está a precisar de uma intervenção. Nós não estamos distraídos. Não posso deixar de repudiar uma das conclusões que aqui deixaram de que a alavanca do desenvolvimento na nossa óptica se centra no complexo e no estádio, isso é demasiado redutor, só quem quer confundir as pessoas ou anda muito distraído é que pode ter este tipo de comentário. Só quem não conhece o investimento que estamos a fazer no parque escolar. Temos também associado aos edifícios escolares, pavilhões desportivos, e não foi preciso ver o vosso programa eleitoral, nós também tínhamos essa pretensão. Não precisamos de lá escrever que iríamos ter um pavilhão para cada quinze mil. Neste momento, como sabem, está em construção um pavilhão desportivo no Torno, tivemos a feliz notícia há dias da aprovação de mais um em Santo Estêvão, vamos ter mais um em Nogueira associado à EB 2,3, temos outro também no centro escolar de Lustosa. Portanto, já pouco falta para atingir a vossa meta, vão ter de levantar a fasquia. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Caíde, infelizmente já não me admira este tipo de visão. Conforme disse uma visão capelária, às vezes até egoísta, perdoe-me a expressão. Eu sou caídense, certamente que o senhor presidente da Junta pode gostar muito de Caíde, eu também gosto. Temos de ver que Caíde é Lousada e também beneficia de todos os investimentos que se fazem nas outras freguesias e que se fazem na vila de Lousada. Acho que se as verbas são escassas se a Junta de Freguesia tem dificuldades, se calhar tem de repensar alguns gastos que têm. Eu não me vou alongar muito com isso. Agora há uma situação que lhe posso garantir, isto está tudo inventado e nós se temos cinquenta por mês não podemos gastar cinquenta e cinco. Se assumimos outro tipo de despesa que não tínhamos nos anos anteriores, depois nota-se quando essa despesa é

assumida e o dinheiro não chega. Acho muito deselegante, desde logo, com a própria freguesia de estar aqui a referir a sua discordância com o subsídio que foi atribuído ao Caíde. Foi pura e simplesmente, a exemplo do que aconteceu com outras colectividades de fazer face a alguns investimentos que tiveram, e foi tão só isso que aconteceu. E já agora queria lembrar-lhe que, no que respeita ao apoio social, nós não estamos esquecidos e por isso é que ainda no início deste mandato atribuímos um subsidio ao Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei para concluir a obra que lá está.» -----

----- TERCEIRO PONTO – Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009 -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A prestação anual de contas é em qualquer organização um momento de relevante interesse para a avaliação daquela que foi a actividade no ano a que diz respeito e, talvez ainda mais importante, para a definição ou redefinição da gestão e actividade futura programada. Discutimos assim, o relatório de contas, referente ao exercício do ano de dois mil e nove, cuja deliberação em órgão executivo mereceu a abstenção dos vereadores da coligação “Lousada Viva”. Não obstante este sentido de voto, parece-nos importante reflectir algumas observações que nos devem preocupar, em termos gerais e específicos, na actividade e gestão do município. Desde logo, e em termos gerais, o grau de execução do orçamento previsto e corrigido que desceu onze por cento comparativamente com o grau de execução do exercício de dois mil e oito. Hoje falamos de uma execução de pouco mais do que sessenta e um por cento, quando em dois mil e oito pautou-se por quase setenta e três por cento. Neste aspecto, permitam-me, calculo que terei aqui naturalmente uma palavra de reconsideração, senhor Santos, relativamente a este grau de execução, pois, como bem sabem ao longo destes anos sempre me disse para aguardar pelo relatório de contas para afinal vermos qual era o grau de execução. É um facto em dois mil e nove temos um grau de execução bastante inferior ao ano anterior e também assim bastante reduzido. A este nível é de igual modo preocupante o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos, sendo que em dois mil e oito pautou-se por quarenta vírgula dois por cento enquanto neste último ano ficou-se por apenas vinte e três virgula quinze por cento. Em termos específicos, verifica-se uma grande diminuição do grau de execução das despesas de capital, situando-se em trinta e três vírgula dois por cento o que não configura nada de bom em termos de investimentos de capital. Por outro lado, os rácios sobre o grau de cobertura das despesas

correntes pelas receitas correntes diminuíram. Analisado de outra forma, o peso das despesas correntes nas receitas correntes aumentaram. Quer isto dizer que, caso não se corrija a trajectória, o município encontra-se e encontrar-se-á em situação de maior fragilidade financeira. Observa-se ainda, com algum destaque, o peso dos custos com pessoal nas despesas correntes, situando-se ou representando, cinquenta e dois vírgula quarenta e oito por cento do valor global das despesas correntes. Sendo que este valor representa um peso de quarenta e dois por cento no total dos proveitos. Um valor manifestamente elevado. Como já referi anteriormente, as despesas de investimento diminuíram. Por outro lado, aumentou o peso dos fundos autárquicos de capital e o peso dos empréstimos no investimento autárquico. Do ponto de vista económico, todos os rácios de rendibilidade, comparativamente com dois mil e oito, diminuem consideravelmente. Do ponto de vista financeiro, os rácios de liquidez e solvabilidade, no que à liquidez imediata, solvabilidade e autonomia financeira do município, diz respeito, diminuem. Quer isto dizer que, motivado pelo aumento das dívidas a terceiros, a autarquia vê diminuída consideravelmente a sua autonomia financeira, logo a sua capacidade de endividamento. Não obstante, percebe-se que parte das dívidas a terceiros se justifica pelo atraso da liquidação das dívidas de terceiros ao município. Resultado da diminuição da autonomia financeira do município é a necessidade a que se vê obrigado no cumprimento dos prazos médios de pagamento a fornecedores, dilatando em mais um mês para pagamentos correntes e em mais três meses para pagamentos a fornecedores de imobilizado. Senhor presidente em substituição, senhoras e senhores deputados, finalizo com alguns assuntos de índole mais específico. Ano após ano, repetem-se as mesmas situações, alvo das nossas observações e de referência no parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas. A questão da inexistência de um sistema de inventário permanente. A ausência de registo na Conservatória de Registo Predial de um conjunto de bens de imobilizado e sua valorização. A insuficiente informação externa sobre a titularidade do conjunto de elementos do imobilizado do Município e os seus efeitos nas amortizações e nos subsídios para investimentos. O rigor do controlo e contabilização dos activos circulantes, ou seja, matérias-primas, desperdícios, resíduos e refugos em curso e no estaleiro. E a discrepância na execução das rubricas relativas a multas e penalidades e reembolso do IVA. Para terminar, quero refutar a resposta dada pela Dr.^a. Isabel, em reunião de executivo, ao vereador da coligação “Lousada Viva”, quando diz que o valor elevado orçamentado na rubrica respeitante a multas e penalidades resultou da estimativa dos últimos dois anos económicos. Acontece porém, que no último ano económico o

valor executado de multas e penalidades diversas ficou-se pelos vinte e dois mil novecentos e sessenta um euros e quarenta e oito cêntimos, o que nada justifica a orçamentação de quase duzentos e setenta mil euros para dois mil e nove, quando na verdade apenas foi executado pouco mais de catorze mil euros. De facto, a projecção inicial estaria justificada em algo que não aconteceu. Importa por isso saber a sua justificação. Ao nível do reembolso do IVA continuamos a orçamentar sem que haja qualquer reembolso executado. Não houve nenhum contrato de empreitada de água? Porque é que orçamentaram? Os reembolsos são efectivamente pedidos?» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Já que falou na diminuição de rácios de dois mil e oito para dois mil e nove. Gostava de saber o valor dos rácios em dois mil e nove nomeadamente o de liquidez geral.» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Como bem compreendem naturalmente a intervenção que há pouco fiz não incorre de qualquer incorrecção. Façam favor de consultar os mapas para verificarem a veracidade ou não daquilo que eu aqui afirmei. No entanto e ainda sobre este ponto há ainda a referir e a reforçar o seguinte: os tempos que correm não são fáceis, tanto para as famílias como para as empresas e instituições. A todos se exige um acréscimo de esforço e a sagacidade de ultrapassar os obstáculos, tornando-os em oportunidades de desenvolvimento económico e social. Em tempos de crise, aumentam as exigências sociais e, daí resultam, exigências de gestão orçamental. Como refere o senhor presidente da Câmara, em resposta ao senhor vereador da Coligação “Lousada Viva”, Agostinho Gaspar, cito: “estamos a ter problemas sérios em termos de receitas”. Quer isto dizer que a dependência financeira do município colocasse tanto mais ao nível dos fundos comunitários, como ainda há pouco disse o senhor vice-presidente da Câmara, quanto ao nível das receitas provenientes dos impostos e da administração central. No entanto, se atentarmos ao nível das despesas do município, ficamos, isso sim, com a impressão que na ausência de fundos comunitários, os investimentos de capital ficarão severamente comprometidos, ainda há pouco o senhor vice-presidente da Câmara disse precisamente isto. Não basta vangloriarem-se que o município ainda tem capacidade de endividamento. Pois, como sabem, esse não pode ser, em exclusivo, o caminho a seguir. Exige-se portanto, um cuidado redobrado no controlo das despesas passíveis de serem reduzidas e uma opção clara nos investimentos a concretizar. Quando falamos em

investimentos não podemos nunca descurar a importância dos investimentos de proximidade às populações das freguesias e ao seu benefício social. Por outro lado, e em paralelo, importa acautelar os rácios de liquidez e solvabilidade do município. E nesta prestação de contas esse facto fica bem evidente. Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, apesar da prestação de contas merecer a abstenção dos vereadores e deputados da coligação “Lousada Viva”, não podemos nunca deixar de alertar para as fragilidades com que o município se depara. Mantemos um nível de endividamento bastante elevado, foi dilatado o prazo médio de pagamento a fornecedores, acentuam-se as despesas correntes, executa-se menos, bastante menos, do que aquilo que se projecta executar. Que o ano de dois mil e dez possa revelar-se mais atinente com aqueles que são os anseios das forças vivas locais e dos lousadenses em geral. A nós cabe-nos a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a actividade do município.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vamos lá ver as fragilidades com que este Município se debate. Primeira análise, não vou apreciar os documentos puramente técnicos, são elaborados por pessoal técnico superior e analisados por um Revisor Oficial de Contas em cumprimento do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro, cujo relatório faz uma apreciação amplamente favorável. Interessa sim, para avaliar a gestão municipal, fazer-se a comparação entre as receitas e despesas correntes dos anos de dois mil e oito e dois mil e nove, porque se trata de valores calculados e executados de acordo com as regras definidas pelo POCAL. Assim, e comparando as receitas e as despesas dos anos de dois mil e oito e dois mil e nove teremos: dois mil e oito, receita orçamentada, dezassete milhões duzentos e trinta e quatro mil cento e quarenta euros e trinta e um centimos, receita cobrada, dezassete milhões setecentos e sessenta mil sessenta e três euros e oitenta e três centimos. Grau de execução, cento e três por cento. Dois mil e nove, receita orçamentada vinte e dois milhões trezentos e dois mil oitocentos e vinte e sete euros e seis centimos, receita cobrada, vinte milhões quinhentos e dezasseis mil quinhentos e noventa e dois euros e vinte centimos. Grau de execução noventa e dois por cento. Despesas correntes: despesa orçamentada em dois mil e oito, dezoito milhões cento e trinta e cinco mil cento e trinta e cinco euros e setenta e nove centimos, despesa realizada, dezasseis milhões setecentos e quarenta e um mil trezentos e quarenta e sete euros e quinze centimos. Grau de execução noventa e dois por cento. Despesa orçamentada em dois mil e nove, vinte e dois milhões seiscentos e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e um euros e cinquenta e seis centimos. Despesa

realizada, vinte milhões cento e onze mil novecentos e trinta e nove euros e onze cêntimos. Grau de execução oitenta e oito virgula oito por cento. Estas quantias evidenciam, por um lado, o rigor com que os orçamentos são elaborados e, por outro lado, a contenção das despesas correntes que originaram saldos que totalizaram, respectivamente, um milhão dezassete mil setecentos e dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos e quatrocentos e quatro mil seiscentos e cinquenta e três euros e nove cêntimos que constituem um precioso auxiliar para suportar despesas de capital. As receitas e despesas de capital, com excepção das transferências provenientes da participação nos impostos, foram dependentes da obtenção de comparticipações resultantes de candidaturas ao QREN ou de contratos programa a celebrar com o governo ou ainda da obtenção de empréstimos para cobrir a contrapartida da autarquia até ao limite estipulado pela lei das Finanças Locais. No que se refere às despesas com pessoal, que representaram em dois mil e oito, quarenta e dois e meio das despesas correntes, foram em dois mil e nove de cinquenta e dois vírgula quarenta e oito por cento, exactamente como o senhor Dr. Carlos Nunes disse. Embora tenha havido uma forte contenção das despesas desta natureza, as mesmas sofreram um orçamento substancial provocado pela transferência de competências na área do ensino básico, o que acarreta o pagamento das respectivas remunerações e dos encargos da segurança social, subsídios de refeição, de férias e Natal. Quanto a investimentos realizados há que salientar o aproveitamento das comparticipações disponibilizadas, uma vez que as áreas da sua aplicação são previamente definidas pelos regulamentos aprovados pelo órgão de gestão dos fundos comunitários e não por escolha dos Municípios. No que respeita a dívidas a terceiros, o valor apresentado, o senhor Carlos Nunes sabe perfeitamente que não traduz um valor real, porque resulta no atraso das transferências das obras financiadas e das quais não foram recebidas no ano de dois mil e oito as respectivas comparticipações. Por outro lado, são largamente compensadas pelas dívidas de terceiros correspondentes às mesmas comparticipações, principalmente de candidaturas ao QREN. Finalmente é de realçar o óptimo resultado da gestão Municipal do ano de dois mil e nove pela análise de todos os documentos que instruem a conta e o respectivo relatório de gestão. Agora vamos falar dos mapas. Tenho aqui a declaração de voto dos senhores vereadores. Eu gostava de salientar o seguinte, referem os senhores vereadores da oposição, e o senhor Carlos Nunes também disse aqui que houve aumento de receita, quando não é verdade, houve diminuição de receitas. Referem os senhores vereadores na declaração de voto que houve um aumento da receita do IMI e do IMT, dizem, cito: “ não muito significativa mas existe”. Permitam-me

discordar e não sei realmente onde foram buscar os valores. E passo a citar: IMI, receita em dois mil e oito, dois milhões quatrocentos e oitenta e oito mil euros. A receita em dois mil e nove, dois milhões trezentos e trinta e quatro mil euros, inferior. IMT, receita de dois mil e oito, um milhão, trezentos e oitenta e um mil euros, em dois mil e nove, um milhão cento e trinta e quatro mil euros, superior. Ainda no que se refere às multas e ao IVA. Senhor Carlos Nunes, no que respeita ao valor das multas orçamentadas e não cobradas deve-se ao facto de no orçamento constar a média cobrada nos últimos vinte e quatro meses, não são doze, vinte e quatro meses anteriores à elaboração do orçamento, regras do POCAL. Para ser mais claro e toda a gente compreender digo o seguinte, em dois anos seguidos há uma enorme cobrança de multas, no terceiro ano o orçamento tem de reflectir a média desses dois anos, se não houver lugar a multas é lógico que não há cobrança. Isto não tem nada a ver com ano de eleições. Quanto ao não reembolso do IVA a mesma coisa. Agora aquilo que a Dr.^a Isabel disse na reunião de Câmara, é verdade, a Câmara paga ao Estado o IVA, de quem? Nosso, que recebe da distribuição da água e tem reembolso de IVA nas empreitadas das águas na compra dos carros inerentes a esses serviços. Como não houve compras nem se fez empreitadas não há reembolso de IVA. É tão certo como isto. Foi o que ela disse, está correcto. Eu tenho aqui o resumo de fluxos de caixa e é tão fácil. O senhor Carlos Nunes não gosta muito dos mapas, aqueles que não lhe interessam, como mapa de endividamento. Temos aqui a evolução do endividamento, eu podia chegar aqui e dizer isto, e vocês não podiam dizer o contrário, está aqui. Dívida de terceiros não a referiu, só referiu dívida a terceiros. Dívida de terceiros catorze milhões oitocentos e oitenta e seis mil seiscientos e oito euros e setenta e três cêntimos, dívida a terceiros oito milhões quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e seis euros e trinta cêntimos. Há aqui uma diferença de seis milhões oitocentos e trinta e oito mil trezentos e cinquenta e dois euros e quarenta e três cêntimos. E é por causa deste valor que a taxa de execução que falou aqui, tanto da receita como da despesa do Plano Plurianual, ficou-se por aqueles valores, precisamente porque este dinheiro não foi recebido e como se dizem lá para os lados “ sem sangue não se fazem morcelas”. Empréstimos bancários, nove milhões cinquenta e três mil seiscientos e quinze euros e cinquenta e um cêntimo, acordo-SUMA importância que a Câmara tem de pagar, um milhão oitocentos e trinta mil oitocentos e quarenta e dois euros e noventa e dois cêntimos. Se a Câmara pudesse quando recebesse este dinheiro, dos seis milhões abater à dívida, ficava com uma dívida de quatro milhões de euros, mas não pode porque isto já está consignado, já se sabe para o que vai ser. Grau da execução da despesa sessenta e um virgula oito por cento, grau de

execução da receita sessenta e um virgula dois, execução anual vinte e três virgula dois. Isto resultou de quê? Da reduzida venda de bens de investimento, que são principalmente, os terrenos da zona Industrial de Lustosa, julgo eu. Resultante da fraca procura em virtude do clima económico menos favorável e a fraca execução da rubrica de transferências de capital resultante de candidaturas a fundos comunitários aprovados sem recebimento em dois mil e nove. Esta situação respeitante às receitas de capital levou a que a execução anual do plano Plurianual de Investimentos se situasse nos vinte e três virgula dois por cento contra os quarenta vírgula dois do ano anterior, conforme é referido no relatório de gestão. Nada a esconder. Dívida de empréstimos bancários. A Câmara está quase falida, dizem eles. Não temos dinheiro para nada, para pagar aqueles trinta por cento quando pedimos empréstimos. A dívida de empréstimos bancários desceu por dois anos seguidos. No ano anterior desceu três e meio por cento. A capacidade de endividamento é de quase de setenta e cinco por cento, como se comprova pelo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento. Temos o valor dos impostos, quatro milhões duzentos e doze mil. Temos o valor correspondente ao FFF e IRS dez, milhões e o valor de empréstimos a médio longo prazo, em dois mil e dez três milhões setecentos e quarenta mil. Ainda o referi aqui na última Assembleia como sabe quando foi para contrairmos aqueles dois empréstimos. Aqueles doze milhões e tal que eu disse, é sobre isto, e é dito por um organismo insuspeito. Este mapa é feito na Câmara mas está correcto. Por último, a certificação legal das contas, com certeza que leram a opinião profissional e independente do Revisor Oficial de Contas que me escuso de citar.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Acho estranho que tenha falado na diminuição de rácios de um ano para o outro e não tenha dito qual foi o valor. E também quero esclarecê-lo que a diminuição de rácio de liquidez geral pode ser um bom sinal de gestão financeira não é preciso ser economista para saber isto.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Carlos Nunes ao contrário do que grassa muitas vezes na sociedade lousadense, até nos meios de comunicação social a JS e o PS discutem os temas e estão por dentro dos temas e a prova disso é o desempenho que nós temos nesta Assembleia. Mas há umas coisas que eu gostaria de lhe dizer. Primeira, ao longo das últimas Assembleias Municipais farto-me de ouvir o PSD a entrar em contradições, seja porque as receitas são a mais, os investimentos são a menos, e há aqui um peso e uma medida e

há aqui uma coerência política que eu nunca vejo ser mantida. E se isso não é entrar no campo da demagogia, eu não sei o que é. Gostava que o Dr. Carlos Nunes lesse o relatório que ainda esta semana saiu e que foi apresentado em Lisboa pelo Secretário de Estado das Autarquias Locais, relativamente ao endividamento das autarquias. Gostava que esclarecesse esta Assembleia e os lousadenses da sua capacidade de endividamento, dos seus rácios de solvabilidade e da capacidade que nós temos de ainda fazermos mais investimentos nas áreas vitais. Para isso basta tão-somente esta Assembleia Municipal usar das suas competências políticas e aprovar esses investimentos. E depois, e uma vez que o PSD tem estes moralismos, vou arriscar-me dizer uma palavra que amanhã vai ser falada em toda a vila, estes “travestismos” políticos e esta incoerências, diga-me, qual é que é a dívida das autarquias PSD que nos rodeiam? Qual a sua taxa e o seu grau de solvabilidade? Isto é público, poderá ver hoje à noite na internet. Qual a média dos pagamentos das Câmaras PSD aqui ao redor e do tempo de pagamento? Esclareça-nos ou então estude.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Eu iria começar por duas questões em concreto. A questão do IVA e das multas e depois uma abordagem mais geral. Começando pela questão das multas, o senhor Santos disse e bem que o que interessa é a média dos últimos vinte e quatro meses. Eu não sou propriamente especialista em POCAL, nem tenho que ser, mas confio nos serviços, e o que os serviços me dizem é que há regras para estas rubricas serem inscritas em orçamento. Não obstante gostaria de esclarecer aquele argumento que foi usado, de que porventura houve perdão de multas por ser ano eleitoral, caía desde logo por base, nós estamos aqui a falar de multas contratuais, multas que a Câmara pode aplicar nos processos de empreitada, quando o empreiteiro não cumpre com as suas obrigações legais, neste caso com as suas obrigações contratuais. E sempre que acontece uma redução de multa, já aconteceu e há-de acontecer, porque a lei também permite que ponderadas determinadas circunstâncias a Câmara possa reduzir os valores que decorrem de uma regra que a própria lei prevê. Isso tem de ser votado pela Câmara Municipal, não é o senhor vereador, nem o senhor presidente que decide isso a seu belo prazer. Todas essas situações são proposta à Câmara, e depois tentamos sempre que estes assuntos sejam sempre deliberados por unanimidade, como aliás, aconteceu da última vez. Quanto á questão do IVA. O senhor Santos também já deu a explicação, eu fazia só aqui uma pequenina achega. Nós tivemos compras passivas de dedução de IVA. Agora o valor da dedução é que não foi suficiente para arrecadar o reembolso. Ouve uma perspectiva optimista quando se fez a inscrição dessa

rubrica mas parece-me sinceramente que é um *faits divers*. Pegando na conclusão do Dr. Carlos Nunes. Acho que é preciso alguma coragem para tirar a conclusão que tirou. Porque de facto com os dados que estão aqui plasmados, e que são dados matemáticos que foram aferidos por uma entidade externa, o ROC. Tentar virar o “bico ao prego” e conseguir concluir que o nosso problema é o endividamento, que o nosso problema é o aumento dos prazos de pagamento e o aumento das despesas correntes confesso que é preciso ter muita ginástica mental para nos fazer crer que isto é verdade. E começando com a questão das despesas correntes e com a execução orçamental e não querendo aqui repetir já a explanação que o senhor Santos fez. O grau de execução orçamental é similar àquilo que foi no ano anterior, há uma pequena redução mas não muito significativa. Em termos de receitas correntes, noventa e dois por cento e despesas correntes oitenta e oito. Isto permitiu um saldo positivo de quatrocentos e quatro mil euros. E quais são as conclusões que podemos retirar daqui? Não é a conclusão que retirou de que estamos a aumentar as despesas correntes mas pelo contrário, isto demonstra, por um lado, o rigor com que este orçamento foi feito porque de facto são taxas de execução muito elevadas, por outro lado, evidencia uma contenção no que respeita a despesas correntes, e por último, vai-nos permitir dispor de um saldo para suportar despesas de capital. Relativamente às receitas e despesas de capital, de facto elas ficaram muito aquém daquilo que era expectável, na verdade isso deve-se à situação das participações das candidaturas do QREN e paralelamente à contracção dos empréstimos para assegurar a componente nacional. É evidente que só podemos recorrer à banca para contrair os empréstimos programados quando também tivermos a confirmação em termos de candidaturas ao QREN. Esta situação dos atrasos na aprovação de candidaturas por um lado, e na própria execução do QREN, é de facto para nós e de modo geral para todos os Municípios uma situação muito preocupante. Só para terem uma ideia, nós temos neste momento uma empreitada em curso, num estado de execução já muito adiantado que é a empreitada de água e saneamento em Casais e Nevogilde e não pagamos um cêntimo ao empreiteiro. E porquê? Porque com este quadro comunitário houve alterações profundas em termos de orgânica dos fundos comunitários e com esta alteração que houve da criação das CIM – Comunidades Inter-Municipais, elas passaram a ter competências em termos de gestão destes fundos comunitários. Tudo que é novo é difícil, houve imensas dúvidas de como é que as coisas se processavam. Entretanto o governo quando abriu a candidatura para o ciclo urbano da água foi a candidatura que nós apresentamos para aquela empreitada, obrigou a que todas as entidades que apresentassem a candidatura, dispusessem de um documento de

enquadramento estratégico para o sector de água, no fundo em termos simples é como se fosse um PDM para este sector, quais são as linhas gerais que a entidade gestora da água e saneamento tem para o seu concelho, qual a situação actual, o que pretende para o futuro quais são as tarifas a praticar, quais os investimentos a fazer, um estudo basicamente é o que é este documento. O grande problema é que quer o Municípios, quer as entidades gestoras, os serviços municipalizados ou empresas municipais ficaram de pés e mãos atados porque sem aquele documento não podiam formatar a candidatura. E ainda por cima foram apresentados critérios para elaboração desse estudo e era uma coisa super complexa. Entretanto simplificaram-se as regras, nós já dispomos desse estudo há cerca de mês e meio, dois meses mas a ideia é que no âmbito da CIM as candidaturas quando abrissem fossem para todas as Câmaras e houve um atraso com uma delas. Neste momento a candidatura foi aprovada e já vamos poder avançar. Entretanto tinha-mos o processo de empreitada a aguardar no Tribunal de Contas, a aguardar que seja demonstrada que a candidatura está aprovada, sem isso nós não podemos sequer libertar o empréstimo. O empreiteiro está numa situação super difícil. Só para terem uma ideia dos entraves, no concreto, que nós às vezes temos para agilizar situações. Por outro lado, demonstra aqui a pertinência deste argumento que foi usado aqui que é o constrangimento dos atrasos na execução do QREN no que respeita a esta matéria da fraca execução das despesas de capital. Relativamente ao PPI a mesma situação tem a ver com as mesmas razões. Queria também referir que relativamente ao pessoal, como é público e já foi dito aqui também, há de facto um aumento em termos percentuais e também é público as razões disso ter sucedido. Tem a ver com a assunção de determinadas competências que vieram do Ministério da Educação, nomeadamente, no que respeita ao pessoal das E/B 2.3. Nós resolvíamos isto de uma dia para o outro, era muito simples, e ficávamos aqui com um número muito simpático em termos percentuais de despesa de pessoal. E era fazer o quê? Criar empresas municipais. É o que os outros fazem. Aliás, nessa dita conferência que o João falou, onde estive o Dr. José Junqueiro, Secretário de Estado da Administração Local, uma das situações que lá foi muito discutida foi a situação das empresas municipais. Só para terem uma ideia, nós em Portugal temos duzentas e dezanove empresas municipais mais trinta serviços municipalizados, dois mil administradores. Ele questionava mas será que país justifica ter dois mil administradores? Será que não há muitas empresas municipais cujas tarefas estão em duplicado com as da Câmara? Relativamente aos investimentos. De facto há aqui uma aposta forte na educação com cerca de trinta e oito por cento no saneamento também. E no

que respeita ao saneamento eu não posso deixar de referir aqui que tem havido um esforço gigantesco porque praticamente todas as obras que estamos a fazer é com recursos próprios, à excepção daquela empreitada que há bocado referi de Casais-Nevogilde. E depois também no desporto, recreio e lazer com dezasseis por cento. Relativamente ao resultado do exercício de facto ele foi inferior a dois mil e oito, e isso deve-se essencialmente à diminuição do valor dos impostos e taxas, consequência da conjuntura económica que afectou negativamente os resultados operacionais. No entanto convém salientar que os resultados operacionais derivados do funcionamento corrente da entidade continuam a ser claramente positivos. Por outro lado e no que respeita ao endividamento. Por um lado há o endividamento a curto prazo, e já aqui foi dito pelo senhor Santos e bem, que se é verdade que há um aumento substancial relativamente a dívidas a terceiros, que aumentou de dois mil e oito para dois mil e nove mais de duas vezes, e por arrastamento acaba por ter consequências ao nível dos prazos de pagamento. E porquê? Porque ao nível das dívidas de terceiros, daquilo que nos devem a nós, não aumentou duas, aumentou oito, mais de oito vezes. Só quem não quer compreender isto é que não compreende ou quem está nesta situações com demagogia ou com má fé. Considerando as dívidas de terceiros de catorze milhões e as dívidas a terceiros de oito milhões, nós temos um saldo positivo de seis milhões como disse e bem o senhor Santos. Eu não queria repetir mas isto deve-se basicamente aos atrasos das transferências das participações comunitárias mas também e é importante referir isto o senhor presidente também já o referiu na reunião de Câmara, que também deve-se essencialmente aos atrasos que tem havido por parte do Ministério da Educação de fazer face aos compromissos que tem connosco, e estou a falar dos transportes escolares, das cantinas, do pessoal, etc. Neste momento devem-nos cerca de quinhentos mil euros, meio milhão de euros. Relativamente à dívida a longo prazo, confesso que fiquei arrepiado como é que o Dr. Carlos Nunes pode dizer que isto era preocupante. Eu por acaso ainda não estive mas aconselho e vou fazê-lo certamente, ver o dito anuário financeiro de dois mil e oito dos municípios, foi apresentado naquela conferência onde estive o Secretário Estado. Aliás o “ Verdeiro Olhar” hoje já faz um artigo sobre isso. Certamente, não serão muitos os Municípios com esta capacidade de endividamento de setenta e cinco por cento, é de facto notável. Quanto à certificação legal de contas. O ROC propõe à Assembleia Municipal a aprovação das contas não obstante refere três aspectos que mereceram reparo. O primeiro tem a ver com a questão que foi aqui referida de haver, “Insuficiente informação externa sobre a titularidade do conjunto de elementos do imobilizado do Município

associada à sua grandeza, dispersão e complexidade...”. O que é que isto quer dizer? Eu também não sabia e fui saber. Pelo que percebi, quase todas senão todas as certificações legais de contas têm esta menção. E porquê? Porque é extremamente difícil numa Câmara Municipal ir ao pormenor, para avaliar algumas situações, nomeadamente, bens do domínio público. Se forem ver o mapa respectivo tem lá uma rubrica que é bens do domínio público e tem lá um valor. Qual é o ROC que tem condições para afirmar com toda a certeza que aquilo está ao pormenor. Então por mera cautela e por indicações da própria entidade que os rege eles fazem este reparo. Relativamente ao inventário, tenho de fazer *mea culpa*, de facto os serviços aí podem e devem aperfeiçoar esta situação, vamos ter que ultrapassar esta situação este ano, tem sido uma situação recorrente e que não fará grande sentido, até porque teremos condições para a resolver. Quanto às questões das facturas. Também foi dito que esta situação foi para esconder a dívida mas não é seguramente essa a nossa postura, diz-se que alguns metem as facturas na gaveta, nós não o fazemos aqui certamente. A partir do momento que as facturas entram na Câmara são registadas. Essencialmente, estamos a falar de facturas referentes aos transportes escolares e bens alimentares. Por vezes é um amontoado de facturas com imensas descrições que têm de ser vistas com muito pormenor pelos serviços. A regra é que todas as facturas primeiro entram na contabilidade e depois é que vão para os serviços para conferir. Neste caso faz-se o contrário primeiro vai para os serviços e depois é que vai para a contabilidade. E houve, porventura uma *décalage* de algumas semanas que resultou nesta situação. Como são facturas de muito valor deu este resultado, mas já demos indicações para que este ano esta situação não volte a acontecer. Em conclusão, poderia continuar a dizer que a Câmara apresenta uma situação financeira perfeitamente equilibrada, apresentado apenas problemas de tesouraria, derivados de factores externos que ficarão ultrapassados logo que receba as transferências a que tem direito.» -----

----- Passou-se de seguida à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2009, conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número dois do artigo quarenta e sete da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro” ----

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e cinco votos a favor e doze abstenções dos seguintes membros: Branca Cecília de Sousa, José Augusto Campos Barros, Vanda Sofia Bragança, José Manuel Gonçalves, Claudia Patricia Lousada, Carlos Manuel Nunes, Joaquim José Bessa, Virginia Monteiro, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caide de Rei, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira e Fausto Manuel presidente da Junta de Freguesia de Silvares. Com declaração de voto do senhor Carlos Manuel Nunes pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ A Coligação “Lousada Viva” absteve-se essencialmente pelas seguintes razões: porque verificamos um grau de execução baixo. Um nível de endividamento elevado. Um grande peso das despesas correntes e uma diminuição das despesas de capital, uma dependência financeira do município. A diminuição da sua autonomia financeira. A dilatação dos prazos de pagamento a fornecedores. A inexistência de um sistema de inventário permanente, real e actual. Facturas de 2009 lançadas em 2010. Ausência de registos de bens imobilizados na conservatória de registo predial. Insuficiente informação sobre a titularidade dos bens imobilizados com as devidas consequências nas amortizações e nos subsídios para investimentos. Por fim e por tudo isto que acabo de referir, não por minha imaginação ou coragem no pior sentido, mas porque infelizmente tudo isto está plasmado no vosso relatório de gestão. Não inventamos argumentos, não inventamos os factos”. E declaração de voto do senhor Joaquim Santos pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, proferido a seguinte declaração de voto: “ A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente os documentos de prestação de contas do ano transacto, por vários motivos, salientando os seguintes: primeiro, pelo óptimo resultado da gestão municipal do ano de dois mil e nove depois da análise de todos os documentos que instruem a conta e respectivo relatório de gestão. Segundo, pela capacidade de endividamento de quase setenta e cinco por cento como se prova pelo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento. Terceiro, pela opinião insuspeita do revisor oficial de contas». -----

----- QUARTO PONTO - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal e foi apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo

quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- QUINTO PONTO - Primeira revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos -----

----- SEXTO PONTO - Construção da Escola Básica de Nogueira – Repartição de encargos da obra com a inscrição da verba para o ano 2011 no PPI 2010. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para a repartição dos encargos da obra, construção da escola básica de Nogueira, em mais de um ano económico, pertencendo três milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e trinta e cinco centavos ao ano de dois mil e dez e novecentos e cinquenta e três mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta e quatro centavos ao ano de dois mil e onze, em cumprimento do estabelecido no nº 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08 de Junho”-----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- Maria Emilia Chamusca; -----

----- António Filipe Barbosa; -----

----- Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos; ----

----- José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- Eram zero horas e trinta e seis minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
